

# A grande fraude: dívida, FMI e neoliberalismo



# Índice

- 05** Apresentação  
*Laura Capote*
- 06** Roteiro sobre os principais marcos e história do FMI  
*Laura Capote*
- 07** Por que um caderno sobre a dívida na América Latina?  
*Fernando Vicente Prieto*
- 09** Dominação e dívida externa na Nuestra América  
*José Seoane e Carlos Mauricio Ferolla*
- 20** Neoliberalismo, financeirização e o papel da dívida pública.  
*Entrevista de Rosa Marques. Marcelo Depieri*
- 25** O endividamento hoje é uma arma letal para os países em desenvolvimento  
*Entrevista de Mónica Peralta Ramos. Leticia Garziglia e Fernando Vicente Prieto*
- 29** A questão da dívida é mais importante hoje do que trinta ou quarenta anos atrás  
*Entrevista de Éric Toussant. José Seoane e Emilio Taddei*
- 34** Dívida e FMI: o caso argentino  
*Francisco Cantamutto e Emiliano López*
- 40** Conclusão: Quem paga a dívida? Com quem é a dívida?  
*Observatorio da América Latina e do Caribe (OBSAL)  
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*



# Apresentação

Por Laura Capote<sup>1</sup>

No Observatório da América Latina e do Caribe (Obsal), do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, trabalhamos permanentemente, há mais de dois anos, na investigação dos principais acontecimentos da conjuntura regional, a partir de uma perspectiva crítica, que visa priorizar o estado da luta dos povos da região e analisar os principais processos de disputa no continente.

Desde o segundo semestre de 2019, o contexto regional, analisado em nossos Relatórios de Conjuntura, tem sido bastante movimentado pelas mobilizações populares, por golpes de Estado e pelas disputas eleitorais. O cenário global, por sua vez, apresenta um quadro de transição hegemônica do ocidente para o oriente. Investigamos a dinâmica do continente tendo como pano de fundo as movimentações do imperialismo e das disputas geopolíticas. Outro destaque do período é que, desde 2020, os efeitos da pandemia da covid-19 estão sendo devastadores para a região, em termos socioeconômicos e também sanitários. De maneira geral, a investigação é feita por uma análise por sub-regiões, que busca compreender, entre outras coisas: o papel das economias de cada país e dos acordos comerciais entre eles; os principais conflitos sociais; e o papel dos sujeitos e movimentos sociais. Nesse percurso, são encontrados elementos comuns e também as particularidades, o que deixa a análise cada vez mais complexa e com mais ingredientes a se levar em conta.

O mantra “América Latina e o Caribe é uma região em disputa” nos levou a uma lista de questões que guiaram nossa investigação. Podemos destacar algumas: “quais atores sociais estão impulsionando essa disputa?”; “qual o papel de nossa região no quadro da transição hegemônica?”; “quais são as condições estruturais de nosso continente para entender seus principais problemas e potencialidades?”; “como podemos pensar projetos de soberania e integração em nível regional?”. O objetivo fundamental é o de produzir materiais que sirvam de instrumento para a luta e formação dos movimentos sociais e populares da região. Como Obsal, na coleção dos Cadernos “*Debates Estratégicos de Nuestra América*”, nos propomos a aprofundar alguns dos debates que estiveram presentes em nossas investigações durante esses anos, mas que, pelo próprio zelo da conjuntura, ficaram pendentes para analisarmos detalhadamente.

Para tornar nossas análises mais críticas e precisas, buscaremos as reflexões de pesquisadores, professores, e ativistas sociais. O objetivo de compreender de maneira aprofundada a estratégia reeditada do imperialismo em nossos territórios, e, ao mesmo tempo, promover reflexões sobre toda a América Latina e o Caribe, instrumentaliza nossa luta anti-imperialista. Cada um dos números da coletânea buscará responder a um debate específico de Nuestra América e, assim, contribuir para a análise da realidade continental para pensar e transformar, como diria Paulo Freire, por onde pisam nossos pés.

---

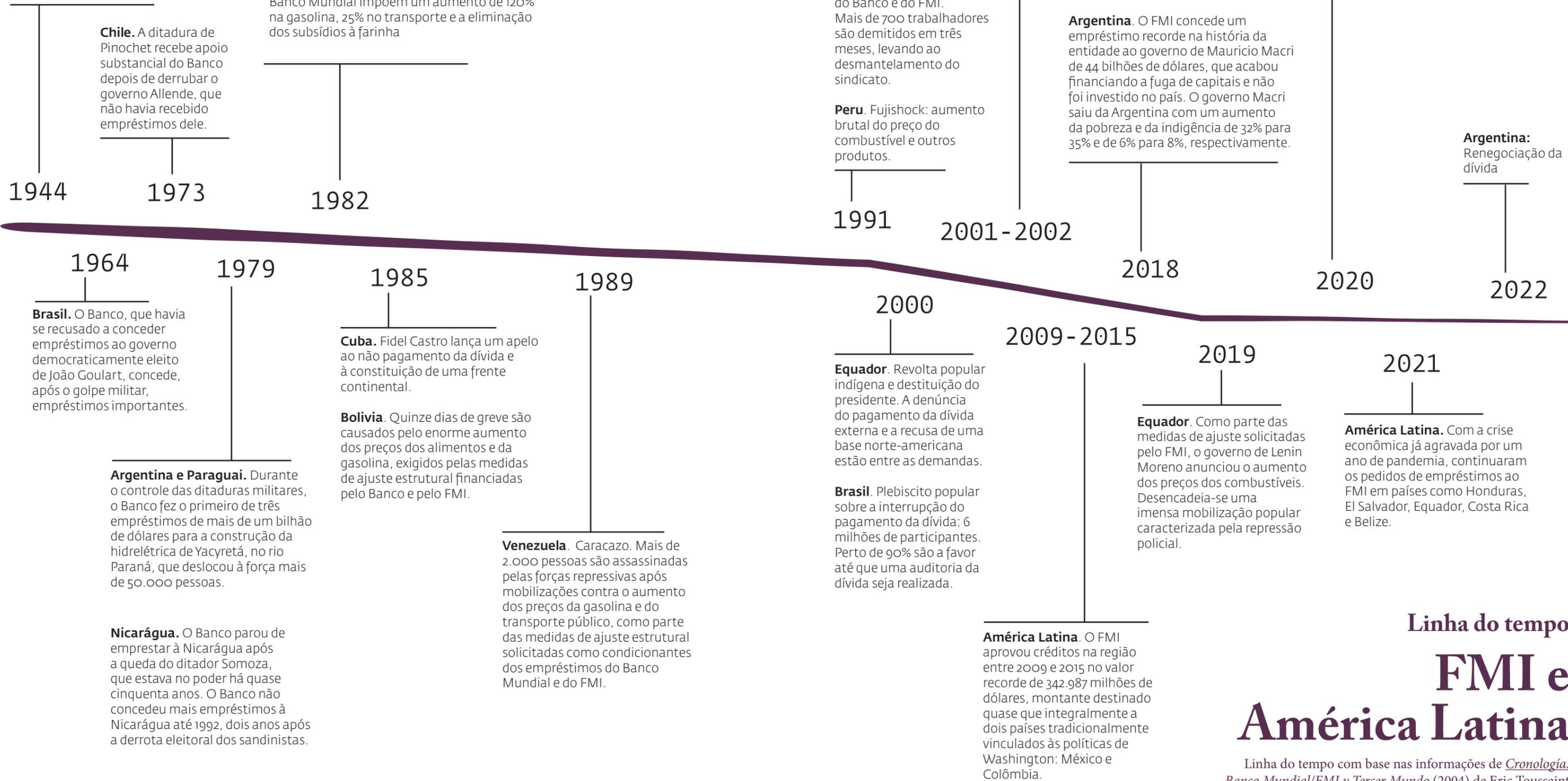
<sup>1</sup> Jornalista. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, e do Grupo de Pensamento Crítico Colombiano do IEALC – UBA

**O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** são criados no contexto da II Guerra Mundial, com os objetivos declarados de otorgar empréstimos para a reconstrução dos países que haviam participado da guerra, e "reduzir a pobreza" por meio de empréstimos, créditos e apoios econômicos às "nações em desenvolvimento"... mas, foi dessa maneira?

### Estoura a crise da dívida externa latinoamericana.

O alto endividamento contraído pelos países da região desde 1975 quadruplica e passa de 75 bilhões para mais de 315 bilhões de dólares. Juntamente com as crises hiperinflacionárias, constitui uma das alavancas para a imposição do chamado "Consenso de Washington". Nesse período, os EUA aumentam as taxas de juros locais, restringindo e tornando o acesso ao crédito mais caro para o Sul.

No **México** é declarada uma moratória de seis meses devido à impossibilidade de refinanciamento e pagamento dos serviços da dívida externa. Enquanto no Equador, o FMI e o Banco Mundial impõem um aumento de 120% na gasolina, 25% no transporte e a eliminação dos subsídios à farinha



## Linha do tempo FMI e América Latina

Linha do tempo com base nas informações de *Cronología. Banco Mundial/FMI y Tercer Mundo* (2004) de Eric Toussaint e *La sombra del FMI se extiende por América Latina* do Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica.

# Por que um caderno sobre a dívida na América Latina?

*Por Fernando Vicente Prieto<sup>2</sup>*

Refletir sobre a dívida externa e o papel dos organismos financeiros internacionais implica pensar uma questão de longo prazo. No caso dos países da América Latina e do Caribe, a dívida pública passou por seu desenvolvimento (ou seu subdesenvolvimento) de diferentes formas, embora, intuímos, com base em elementos comuns.

Como a realidade econômica nos lembra a cada momento, o assunto que nos propomos examinar tem efeitos diretos e imediatos, mas ao mesmo tempo traz consequências de longo prazo. Isso é particularmente visível nos momentos em que explodem crises decorrentes da falta de moeda estrangeira para fazer frente às dívidas, o que não deve nos fazer perder de vista a continuidade do problema quando há relativa calma. Apesar de sua importância, nesse momento, o assunto fica em segundo plano na opinião pública, confinado a seções de notícias especializadas. Então, nos momentos de crises e de decisões importantes, a dívida volta às primeiras páginas da mídia e fica na boca de todos. Mas mesmo nos momentos em que o tema está na agenda pública, não é tão fácil de abordar, devido às suas intrincadas arestas histórico-políticas. Em algumas ocasiões, inclusive, o assunto é reduzido ao absurdo de ser comparado com as finanças da família, ou de um indivíduo, o que dificulta ainda mais a abordagem. No plano da propaganda pretende-se invariavelmente usar a nobre ideia de que “os compromissos são cumpridos”, muito difundida na sociedade, para justificar a decisão política que implica priorizar o capital e os pagamentos de juros da dívida sobre outros gastos. Todas essas características fazem com que, às vezes, a ampliação do debate sobre a dívida externa não traga como consequência seu aprofundamento.

“Como sair dessa armadilha?” é a grande questão que se impõe a todos nós que nos preocupamos com o assunto. Entendemos que para quem quer se informar politicamente, antes de tudo, a tarefa é caracterizar a questão como um fenômeno estrutural: o que é, por que existe, quais são suas principais características, entre outras grandes questões norteadoras.

Este é precisamente o ponto de partida da abordagem que estamos fazendo neste momento. Definimos sintetizá-lo em duas grandes questões. Primeira, “que papel geopolítico a dívida desempenha na vida dos povos latino-caribenhos?” Segunda, “através de quais instrumentos e políticas ela sobreviveu como um grande problema ao longo dos anos?” A partir dessas questões, que percebemos como estruturais, nos propusemos a dialogar com analistas e ativistas com larga

---

<sup>2</sup> Jornalista e editor em temas de política internacional. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

experiência no assunto, bem como a produzir materiais que pretendam sintetizar informações básicas nessa perspectiva.

Nesta primeira cartilha de *Debates Estratégicos de Nuestra América* nos encontramos com o olhar de Éric Touissant, entrevistado por José Seoane e Emilio Taddei; com o de Rosa Marques, entrevistada por Marcelo Depieri, e com o de Mónica Peralta Ramos, entrevistada por Leticia Garziglia e Fernando Vicente Prieto. A esses diálogos acrescentamos um resumo dos principais marcos da história do FMI, principal ator no assunto, elaborado por Laura Capote; e um artigo que revisa historicamente o papel da dívida na América Latina e no Caribe e o relaciona com a estrutura de dependência em relação às potências imperiais de cada etapa histórica, desde o século XIX até o presente, escrito por José Seoane e Carlos Mauricio Ferolla. Por fim, na última seção, Francisco Cantamutto e Emiliano López analisam especificamente o caso argentino, em particular o processo de renegociação da dívida assumida pelo governo de Mauricio Macri, e as consequências para a população.

# Dominação e dívida externa em Nuestra América

*Por José Seoane<sup>3</sup> e Carlos Mauricio Ferolla<sup>4</sup>*

## **Passado e presente**

O problema da dívida externa marcou a história de Nuestra América nas últimas décadas. Do seu aumento e crise entre os anos 1970 e 1980 até o crash dos anos 1990 e o início do novo século, a dívida tornou-se um dos mecanismos centrais de dominação dos nossos povos. Certamente, a subordinação ao capital transnacional e aos poderes centrais não é uma novidade na memória latino-americana, mas nas últimas décadas assumiu uma singularidade que deve ser explicada. Este texto reflete sobre essas continuidades e rupturas.

Por outro lado, como evidencia a recente experiência argentina, o peso do endividamento externo e seus efeitos econômicos e políticos retornaram tragicamente à região. E com isso, em seu papel de promotor de reformas estruturais no quadro da ofensiva neoliberal que vem sendo implantada desde 2015 ou nas renegociações de empréstimos impagáveis nos últimos anos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) também retornou aos nossos países. A esse respeito, o Secretário Executivo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) apontou no final do ano passado, no contexto da pandemia, que em todos os países da região, sem exceção, a situação fiscal se deteriorou e o nível de endividamento do governo geral aumentou. Destacou ainda que esse endividamento deverá aumentar de 68,9% para 79,3% do PIB entre 2019 e 2020 em nível regional, tornando a América Latina e o Caribe a região mais endividada do mundo em desenvolvimento e a de maior serviço da dívida externa em relação às exportações de bens e serviços (57%). (CEPAL, 2021).

Essa é a atualidade e o significado do endividamento na região. Essas linhas também refletem sobre esses desafios e ameaças.

## **Memórias do saque: da colônia à dependência**

Como já apontamos, a história da subordinação e espoliação de nossos povos está longe de ter começado com o endividamento externo. A conquista e colonização espanhola, portuguesa, inglesa e francesa de Abya Yala contribuíram com enormes quantidades de ouro e prata, o que dinamizou e acelerou as transformações sociais que marcaram a transição do feudalismo para o

---

<sup>3</sup> Pesquisador do Grupo de Estudos sobre América Latina e o Caribe (GEAL), IEALC, UBA. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

<sup>4</sup> Estudante avançado em Ciência Política – UNR. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Militante da Frente Pátria Grande

capitalismo na Europa. Naquele tempo trágico, a desapropriação desses bens comuns naturais foi somada à subjugação, exploração e genocídio dos povos originários. Dezenas de milhões de pessoas pagaram com a vida o enriquecimento do chamado “velho continente”.

A magnitude do saque e do ecócidio estendeu-se por vários séculos e explica a enorme dívida que o bem-estar europeu tinha e ainda tem com nossos povos. As revoluções de independência iniciadas no final do século XVIII e os processos de independência política no século XIX puseram fim à dominação colonial em quase toda a região. Mas após a perda do controle político, militar e imperial de nossos territórios, a subordinação continuou sob novas formas, particularmente a econômica. Cereais, carne, cobre, café, guano, salitre, açúcar e borracha eram alguns dos nomes das chamadas “matérias-primas” que no novo período a região latino-americana e caribenha proporcionou o progresso dos centros do capitalismo.

Enquanto velhas e novas elites da região enriqueciam com esse comércio, a subordinação dos povos ganhava uma dimensão econômica marcada pela divisão internacional do trabalho e pelo lugar que os países ocupavam no mercado mundial. A subordinação foi resultado da natureza desigual da troca proposta - em que os preços dos bens naturais caíram e os dos manufaturados aumentaram -; da promoção de um desenvolvimento local que significasse apenas aprofundar as características do subdesenvolvimento; e a acentuação dos efeitos sociais, políticos, tecnológicos e ideológicos da dependência socioeconômica. Certamente, quando essa subordinação foi questionada, com rebeliões e movimentos populares, o imperialismo recorreu à intervenção militar, invasão ou promoção de golpes militares e repressões sangrentas.

### **Breve história da dívida externa: da Baring Brothers ao FMI**

Nessa mesma direção, os países latino-americanos têm tradicionalmente desempenhado o papel de devedores no sistema financeiro internacional. Éric Toussaint (2003) destaca que durante os séculos XIX e XX a economia da região foi atingida por quatro crises da dívida. A primeira foi em 1826 e durou até meados do século XIX. A segunda começou em 1876 e terminou nos primeiros anos do século XX. A terceira começou em 1931 e terminou no final da década de 1940. A quarta crise eclodiu em 1982 e durou até os primeiros anos do século XXI. Essas crises estavam ligadas à dinâmica da economia mundial e aos altos e baixos das potências econômicas europeias e/ou americanas. Os contextos de crise coincidiram com o ciclo expansionista das economias industrializadas antes de terem sofrido uma recessão ou um crash financeiro.

Assim, a história da dívida externa latino-americana remonta ao século XIX e aos processos de independência política que os povos conquistaram naqueles anos, quando os novos governos crioulos solicitaram altos valores na forma de empréstimos em Londres. Primeiro para apoiar os esforços de guerra e, ao mesmo tempo, para facilitar seu reconhecimento pelo poder hegemônico da época. Segundo, para financiar as obras de infraestrutura (portos, estradas, ferrovias) que o próprio capital inglês precisava para garantir a exportação de bens naturais. Essa relação entre diplomacia e finanças foi acompanhada pelo reconhecimento britânico de quase todos os novos governos latino-americanos; embora fosse extremamente custoso em termos socioeconômicos, causando longos processos de subordinação e renegociação. Vale lembrar o exemplo do primeiro empréstimo externo solicitado pela Argentina — no governo do presidente Bernardino Rivadavia, em 1823 — ao banco inglês Baring Brothers, que pesou no país por 120 anos até ser totalmente cancelado, após sucessivas renegociações, em 1947, sob o primeiro governo peronista. A considerada “dívida mais longa do mundo”, que também envolveu o primeiro *default* argentino,

não foi exceção na região: muitos de nossos países durante o século XIX solicitaram grandes empréstimos de bancos ingleses.

No entanto, o declínio da hegemonia britânica durante o século XX, a emergência dos EUA e a nova fase do capitalismo, aberta após a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança norte-americana, diminuíram radicalmente o papel colonial do endividamento externo no Sul do mundo. Nesse sentido, desde a crise internacional de 1930, o fluxo de recursos financeiros para o Sul foi praticamente congelado. Foi apenas na década de 1950 que começou um ligeiro aumento na oferta de dinheiro para a periferia. Foi realizado quase exclusivamente pelos bancos oficiais dos países centrais e pelas instituições internacionais criadas no âmbito dos Acordos de Bretton Woods para gerir a nova ordem internacional emergente. Entre eles, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Acordo Geral de Tarifas (GATT), que desempenharam um papel importante na promoção do capitalismo keynesiano do pós-guerra. Tendo iniciado seu trabalho em dezembro de 1945, o FMI foi criado com o objetivo de estabelecer um sistema internacional de pagamentos e ajudar a resolver as restrições cambiais para promover o comércio internacional. No plano geopolítico, o objetivo era claro: consolidar a hegemonia dos Estados Unidos na nova ordem mundial<sup>5</sup> (UGARTECHE, 2016).

### **Neoliberalismo e novo endividamento: efeitos econômicos e políticos**

Durante a primeira parte do pós-guerra, a dívida externa não representou um grande problema para os países latino-americanos. Antes da década de 1970, o principal entrave concentrava-se no controle (ou não) da exploração e do preço das matérias-primas que exportavam. Como apontam Damien Millet e Éric Toussaint (2005), as duas principais manifestações de subordinação ao mercado internacional naquele momento eram as trocas desiguais e a degradação dos termos de troca.

As transformações neoliberais – iniciadas na América Latina e no Caribe pelas mãos das trágicas ditaduras no Chile e na Argentina – abriram um novo período e um novo papel para o endividamento externo na região (ver tabela 1). Com base em uma repressão sangrenta, desaparecimentos e assassinatos, foi implementado um modelo de acumulação baseado na especulação financeira e na liberalização da economia. A dívida cresceu exponencialmente, especialmente em termos nominais, ao longo da década de 1970. Por exemplo, na época do golpe de 24 de março de 1976, na Argentina, a dívida externa do país era de US\$ 7,8 bilhões. Entre março de 1976 e dezembro de 1983, subiu 364%, chegando a 45,1 bilhões de dólares. Os ecos da carta à Junta Militar escrita por Rodolfo Walsh em 1977 ressoam sobre isso:

Uma diminuição do produto, que beirou os 3%, uma dívida externa que atingiu os 600 dólares por habitante, uma inflação anual de 400%, um aumento da moeda em circulação, que em apenas uma semana de dezembro atingiu os 9% (...) Ditada pelo Fundo Monetário Internacional, segundo uma receita que se aplica indistintamente ao Zaire ou ao Chile, ao Uruguai ou à Indonésia, a política econômica daquela Junta só reconhece como beneficiária a velha oligarquia pecuária, a nova oligarquia especulativa e um seleto grupo de monopólios internacionais liderados pela

<sup>5</sup> Como expressão da hegemonia estadunidense surgida no período entre guerras e consolidada após a Segunda Guerra Mundial, o FMI configurou-se para dar conta das novas relações de poder em nível mundial, aprofundando a relação assimétrica Norte-Sul. Até hoje, as decisões do Fundo devem ser adotadas por maioria de 70% e as mais importantes por 85%. Os EUA detêm 16,74% dos votos, com poder de veto de fato.

ITT, a Esso, as montadoras, a U.S. Steel, a Siemens, a qual o ministro Martínez de Hoz e todos os membros de seu gabinete estão pessoalmente vinculados. (...) Ao desnacionalizar os bancos, são colocados nas mãos dos bancos estrangeiros a poupança e o crédito nacionais, ao indenizar a ITT e a Siemens, recompensam-se as empresas que fraudaram o Estado, ao devolver os pontos de venda, aumentam os lucros da Shell e da Esso, baixando as tarifas alfandegárias cria empregos em Hong Kong ou Cingapura e desemprego na Argentina. Diante de todos esses fatos, vale perguntar quem são os apátridas nas declarações oficiais, onde estão os mercenários a serviço de interesses estrangeiros, qual é a ideologia que ameaça ser nacional.

Nesse período, os governos latino-americanos se viram com enormes facilidades — que nunca existiram antes — para tirar dinheiro do mercado financeiro internacional. Essa abundância de capital líquido no mercado mundial foi resultado, por um lado, do desvio para a especulação financeira, devido à queda da taxa de lucro industrial desde o final da década de 1960 e, por outro, de excedentes captados pelas nações produtoras de petróleo a partir dos novos preços alcançados em 1974, os chamados “petrodólares”. Mas, certamente, esse processo teria sido impossível sem os avanços na liberalização dos movimentos de capitais em sua forma financeira — inicialmente na praça de Londres — e os processos de crescente liberalização financeira no Sul, que marcaram as transformações neoliberais.

Os grandes bancos transnacionais estavam desesperados para emprestar o dinheiro acumulado com poucas condições e incentivaram os países do Sul a fazê-lo, particularmente os chamados “países de desenvolvimento intermediário”, entre os quais a maioria dos latino-americanos. Mas as motivações que levaram alguns a se endividarem e outros a emprestar não foram as mesmas. A maior parte do endividamento de nossos países não serviu para financiar nenhuma obra ou infraestrutura; sob a liberdade concedida ao movimento de capitais, a dívida serviu para sustentar a fuga de capitais, construindo o primeiro passo de um ciclo de especulação financeira, desapropriação e concentração de renda e riqueza característicos da nova fase neoliberal. Karl Marx, no estudo da chamada acumulação primitiva no *Capital*, já havia apontado papel semelhante desempenhado pela extensão do crédito, entre outros fatores, para aquele período histórico. Nessa direção, o pensamento crítico contemporâneo tem apontado o papel dessa acumulação original — agora chamada de “acumulação por desapropriação” (HARVEY, 2005) — no capitalismo neoliberal.

O ciclo de endividamento que descrevemos entrou em colapso no final de 1979 devido a uma série de fatores. Entre eles está a decisão do governo dos Estados Unidos, de Ronald Reagan, de aumentar a taxa de juros, que atingiria os valores mais altos desde 1929, como um dos instrumentos para retomar a hegemonia econômica mundial, ao atrair capitais para suas praças financeiras. De quebra, aprofundou a dependência dos países latino-americanos por aumentar suas dívidas, que eram vinculadas a taxas de juros internacionais flutuantes. Outro fator que prejudicou as economias latino-americanas e sua capacidade de pagamento foi a forte queda dos preços internacionais das matérias-primas, principalmente dos produtos agrícolas. Assim, a possibilidade de adquirir dólares por meio de exportações para fazer frente aos vencimentos das dívidas ficou limitada, o que levou muitos países a contrair mais dívidas.

Diferentemente das crises anteriores — como a que ocorreu na década de 1930 —, nesta, as organizações internacionais de crédito, os bancos e os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental na exigência do cumprimento dos pagamentos (OCAMPO, 2014). Contrariamente a isso, durante a Grande Depressão, os países da região entraram em moratória, suspendendo ou pagando parcialmente a dívida contraída e realizando políticas econômicas monetárias e fiscais protecionistas e expansionistas, o que lhes permitiu enfrentar um proces-

so de substituição de importações e crescimento. Na década de 1980 ocorreu o contrário. Um aparato institucional internacional muito mais desenvolvido — especialmente o FMI e o Banco Mundial —, uma maior organização e articulação dos credores e uma maior pressão dos Estados Unidos e das potências europeias foram implantados sobre os países da América Latina para que não decretassem moratórias e renegociassem a dívida<sup>6</sup>.

O refinanciamento implicou uma enorme transferência de capitais para os países do Norte, o aumento da vulnerabilidade internacional e a perda de soberania. O programa de ajustamento do Fundo possuía três objetivos: 1) garantir o reembolso da dívida contraída; 2) estabelecer reformas estruturais visando a liberalização da economia, abertura aos mercados internacionais e redução da presença do Estado; e 3) permitir progressivamente que os países endividados tivessem acesso a empréstimos privados por meio dos mercados financeiros, mantendo-se endividados (CADTM, 2015). Enquanto a crise financeira da década de 1930 impactou o mundo, a crise da década de 1980 afetou fortemente os países do Sul global. A implementação das referidas políticas provocou a contração do PIB, a desindustrialização, a reprimarização da economia e o aumento da pobreza e da desigualdade.

Nesse contexto, o pagamento ou refinanciamento da dívida tornou-se cada vez mais difícil e a crise da dívida externa eclodiu na região. O primeiro país a entrar em default foi o México, em agosto de 1982, que foi posteriormente seguido por outros países<sup>7</sup>. Longe de afetar os próprios bancos credores, essa crise descarregou suas consequências sobre os povos e serviu para pressionar e condicionar os governos da recuperação democrática a adotarem as receitas neoliberais mais radicais. Assim, a crise da dívida dos anos 1980 foi uma das alavancas para a imposição do chamado “Consenso de Washington”, um verdadeiro decálogo das reformas neoliberais exigidas pelos EUA nos anos 1990. Parte da dívida contraída nesses anos foi dívida privada, em moeda estrangeira, dos grupos econômicos nacionais<sup>8</sup>, o que levou os diferentes governos a estatizá-los<sup>9</sup> e assim salvar um pequeno grupo de empresários em detrimento das grandes maiorias populares.

## **Das crises da dívida passadas aos dias de hoje: lições e perspectivas**

Se a crise da dívida dos anos 1980 (juntamente com as crises hiperinflacionárias) alimentou a agenda neoliberal do Consenso de Washington, após mais um ciclo de crescimento da dívida regional, a crise do final dos anos 1990, combinada com um ciclo de lutas populares no continente, aprofundou a deslegitimação do neoliberalismo e abriu caminho para o surgimento de governos populares ou de esquerda na região: Venezuela em 1999, com Hugo Chávez; Argentina e Brasil

<sup>6</sup> Dois planos de reestruturação promovidos pelos EUA se destacam nos anos 1980: o Plan Baker (1985) e o Plan Brady (1989). Ambos implicaram políticas de austeridade e ajuste fiscal para os países devedores.

<sup>7</sup> Segundo os dados da Cepal, entre 1982 e 1984 12 países participaram da rodada de negociações da dívida: Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai. Outros países haviam participado em anos anteriores.

<sup>8</sup> O caso argentino é paradigmático na estatização da dívida privada durante a última ditadura civil-militar. Entre os grupos econômicos se encontram: SOCMA, Bidas, Pérez Companc, Bulgheroni, Renault Argentina, Grupo Clarín, Diario La Nación; por um montante total de 23 bilhões de dólares. O Grupo Macri se beneficiou com uma dívida estatizada de 236 milhões de dólares (Elizondo, 27/03/2022).

<sup>9</sup> Um exemplo claro de estatização da dívida externa privada é a do regime ditatorial argentino. Em 1979, 52% da dívida externa correspondia ao setor público e 48% ao privado. De 1981 a 1983 a ditadura “coletivizou as perdas ao mover para a República a dívida dos privados com credores estrangeiros” (BRENTA, 2019), representando a dívida do setor público 72% e do setor privado o resto, no último ano do regime de fato.

entre 2002 e 2003 com Néstor Kirchner e Lula, respectivamente; Bolívia com Evo Morales, em 2006; e Equador com Rafael Correa, em 2007.

Um dos casos notáveis de contestação da dívida, contraída por governos anteriores, por meio da participação popular foi o do Equador. Em 2007, o governo tomou a iniciativa de realizar uma auditoria abrangente da dívida. Com base nessa auditoria, foi suspenso o reembolso de parte dela, que foi identificada como ilegítima. Um caso diferente é o da Argentina, que conseguiu renegociar a dívida e reduzir seu peso no PIB. Em 2001, o país declarou moratória em um contexto de rebelião popular, oposição ao modelo neoliberal e crise institucional após a renúncia do então presidente Fernando De La Rúa. Com a economia em estado crítico — inadimplência, mega desvalorização da moeda local, *pesificação* assimétrica e contração do produto interno (BASUALDO, 2017) —, o governo de Néstor Kirchner (2003-2007), e depois os de Cristina Fernández (2007-2015)<sup>10</sup>, realizou um processo de reestruturação e troca da dívida pública com credores privados e o cancelamento do capital devido ao FMI. Isso provocou uma desalavancagem acentuada. Em 2001, a dívida pública total representava 49,5% do PIB e 48% em moeda estrangeira; com a eclosão da crise, a dívida passou a representar 125,3% do PIB e 109,6% em moeda estrangeira, em 2002; em 2015, a dívida total e em moeda estrangeira diminuíram para 35,3% e 23,6% do PIB, respectivamente. Em relação à dívida externa com particulares em moeda estrangeira, passou de 87,5% do PIB em 2004 para 13,1% em 2015.

Após a crise financeira de 2008 e a desaceleração do crescimento econômico na região, a partir de 2013, uma nova ofensiva neoliberal começou a tomar forma. O FMI promoveu em Nuestra América um programa de amplas reformas estruturais (nas áreas do mercado de trabalho, previdência, energia, educação, saúde, entre outras) que retomou — para aprofundar e renovar— o Consenso dos anos 1990. O mais paradigmático caso aconteceu na Argentina, com a chegada ao governo de Mauricio Macri, em 2015. Essa recaída neoliberal implicou o retorno de um modelo econômico centrado na especulação e na valorização financeira que prevaleceu, no período 1976-2001. Assim, as tentativas de reestruturar ou “modernizar” o Estado, o ajuste fiscal e as reformas estruturais —como a previdência em 2017— estavam na ordem do dia. Isso foi agravado pela dívida contraída pelas costas do povo argentino com credores privados e especialmente com o FMI em 2018 por US\$ 57 bilhões, dos quais US\$ 44,5 bilhões foram transferidos, sendo assim o maior empréstimo concedido pela organização a um país em toda sua história e violando seu próprio estatuto. Grande parte dessa dívida foi usada para pagar dívidas contraídas anteriormente, para controlar a fuga de capitais e para a especulação financeira, beneficiando grupos econômicos ligados à coalizão governista *Cambiamos*. A dívida, os juros e os prazos de pagamento contratados são um dos grandes condicionantes do governo da Frente de Todos que tomou posse em 2019, ao qual se acrescentou posteriormente a deterioração da situação econômica e social devido à pandemia e, depois, o contexto internacional precário com o conflito entre Rússia e Ucrânia.

---

<sup>10</sup> Durante a última seção do segundo mandato de Cristina Fernandez, o governo teve que enfrentar uma árdua batalha legal contra os fundos abutres. Em 2012, o juiz de Nova York (EUA) Thomas Griesa decidiu a favor dos holdouts —credores externos que não participaram das trocas de dívida de 2005 e 2006—, colocando em risco a reestruturação da dívida. Em 2014 a Suprema Corte dos EUA decide não aceitar o caso e o país entra em default seletivo. Durante a presidência de Mauricio Macri é decidido pagar os fundos abutres no valor de 9,3 bilhões de dólares. Este é um exemplo claro das consequências quando um país renuncia à sua soberania como condição da dívida contraída, ao permitir que disputas judiciais com agentes estrangeiros não sejam realizadas em seus próprios países.

O problema da dívida é um dos debates necessários e urgentes de Nuestra América. Nos últimos 60 anos, o endividamento dos países da região aumentou dramaticamente, vinculado a um modelo de acumulação baseado na valorização financeira. Os governos progressistas e de esquerda não conseguiram ou não se propuseram a modificar a matriz produtiva e o modo de inserção de seus países no mercado mundial. A dívida externa tornou-se um mecanismo de controle das políticas sociais, econômicas e monetárias dos governos, de dominação das organizações internacionais e das potências imperialistas, que aprofunda a dependência. Além disso, é um mecanismo de transferência de recursos dos países do Sul global para os do Norte, dos trabalhadores e do povo para o grande capital. Aprofunda modelos extrativistas em contextos de endividamento, uma vez que se apresenta como uma forma rápida de atrair investimentos estrangeiros e gerar divisas. Tudo isso se torna mais crítico em meio à crise ecológica e civilizacional pela qual estamos passando.

Assim como se pode contar a história da dívida externa como dominação, é preciso também dar conta da resistência e luta dos povos contra as políticas de austeridade e ajuste e contra a intervenção de organismos internacionais como o FMI em seus países. Da mesma forma, é necessário examinar as tentativas de alguns governos da região de não pagar a dívida e/ou auditá-la para estabelecer sua ilegitimidade e tentar fazer com que os grupos econômicos, e os políticos que dela se beneficiaram paguem suas responsabilidades. Nessa perspectiva, o histórico da dívida permanece em aberto.

## Referencias

BASUALDO, EDUARDO (1999). *Acerca de la naturaleza de la Deuda Externa y la definición de una estrategia política*. Buenos Aires: Página 12-Flacso-Unqui.

BASUALDO, EDUARDO y MANZANELLI, PABLO (2017). “La era kirchnerista”, en Eduardo Basualdo (Ed.), *Endeudar y fugar, un análisis de la historia económica argentina, de Martínez de Hoz a Macri* (1a Ed., pp. 75 - 110). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

BRENTA, NOEMÍ (2019). *Historia de la deuda externa argentina, de Martínez De Hoz a Macri*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital Intelectual.

CEPAL (2021). “La pandemia provoca aumento en los niveles de endeudamiento de los países de la región y pone en peligro la reconstrucción sostenible y con igualdad”. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/la-pandemia-provoca-aumento-niveles-endeudamiento-paises-la-region-pone-peligro-la>

CADTM (2015). Las cifras de la deuda 2015. Disponível em: [https://www.cadtm.org/IMG/pdf/las\\_cifras\\_de\\_la\\_deuda\\_2015.pdf](https://www.cadtm.org/IMG/pdf/las_cifras_de_la_deuda_2015.pdf)

ELIZONDO, JORGE (27 de marzo de 2022). “La herencia de la dictadura. El vínculo indisoluble con el FMI y el abandono del proyecto nacional”. *El Cohete a la Luna*. Disponible em: <https://www.elcoheteealaluna.com/la-herencia-de-la-dictadura/>

HARVEY, DAVID (2005). “El ‘nuevo’ imperialismo : acumulación por desposesión”. En *Socialist register 2004*. Buenos Aires: CLACSO. Disponible em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>

OCAMPO, JOSÉ ANTONIO (2014). “La crisis latinoamericana de la deuda a la luz de la historia” en *La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica* (pp. 19 - 51). Santiago de Chile: CEPAL.

TOUSSAINT, ÉRIC (2003). Las crisis de la deuda externa de América Latina en los siglos XIX y XX. Seminario internacional CADTM–CNCD “América Latina y el Caribe : salir del impasse de la deuda y del ajuste”. Bruselas, Bélgica.

TOUSSAINT, ÉRIC y MILLET, DAMIEN (2005). *Deuda externa, Banco Mundial y FMI: 50 preguntas / 50 respuestas* (2a Ed.). Quito: Ediciones Abya - Yala. Disponible em: <https://biblio.flacso-andes.edu.ec/libros/digital/46526.pdf>

SCHVARZER, JORGE (1988). “Orígenes poco mencionados de la deuda externa de América Latina”. *Caravelle*, N°50, pp. 11-33. Disponible em: <https://doi.org/10.3406/carav.1988.2355>

UGARTECHE, OSCAR (2016). *Historia crítica del FMI, el gendarme de las finanzas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital Intelectual.

**Tabela 1:**  
Dívida externa total, países selecionados da América Latina, 1975-1980.  
(Em milhões de dólares)

	Dívida externa total		Varição percentual da dívida externa total	Contribuição percentual ao aumento da dívida 1975-1980	
	1975	1980	1975-1980	Privada	Pública
Argentina	6.026	27.460	355,7	46,6	53,4
Bolivia (Estado Plurinacional de)	872	2.515	188,4	20,7	79,3
Brasil	20.785	57.287	175,6	31,1	68,9
Colômbia	3.572	7.418	107,7	57,6	42,4
Costa Rica	663	2.277	243,4	28,2	71,8
Chile	4.445,9	9.670	116,9	81,0	19,0
Equador	583	4.851	732,1	42,5	57,5
El Salvador	391	800	104,6	33,0	67,0
Guatemala	314	1.144	264,3	45,1	54,9
Haiti	79	276	249,4	12,2	87,8
Honduras	431	1.440	234,1	16,2	83,8
México	17.265	50.053	189,9	35,4	64,6
Nicaragua	735	1.660	125,9	24,9	75,1
Panamá	1.187	2.675	125,4	-3,9	103,9
Paraguai	238	868	264,7	44,1	55,9
Peru	4.066	8.498	109,0	15,4	84,6
República Dominicana	506	1.421	180,8	45,4	54,6
Uruguai	811	1.411	74,0	7,8	92,2
Venezuela	4.328	26.962	523,4	54,5	45,5
América Latina	67.311	208.706	210,1	40,0	60,0

*Fonte: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).  
Estudo Económico da América Latina 1980 (E/CEPAL/L.250), Santiago de Chile, 1981.*

Entrevista com Rosa Marques

# Neoliberalismo, financeirização e o papel da dívida pública

Por Marcelo Álvares de Lima Depieri<sup>11</sup>

Para esta parte do Caderno, convidamos a professora Rosa Maria Marques para uma entrevista. Nela foram abordados temas como a ascensão do neoliberalismo e sua relação com o capital portador de juros; a diferença entre o período neoliberal e o chamado compromisso keynesiano; o papel da dívida pública no capitalismo financeirizado; dentre outros. Rosa Marques é professora titular da graduação e da pós-graduação em economia política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Já foi presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política. É autora de livros recentes como: “Capitalismo em crise” e “Pandemias, crises e capitalismo”, ambos pela editora Expressão Popular.

**OBSAL: O fim do chamado compromisso keynesiano e ascensão do capitalismo financeirizado data do final da década de 1970, início da década de 1980. O que foi o compromisso keynesiano?**

Rosa Maria Marques (R.M.): Primeiro, o que é interessante, e que pouca gente lembra, é que houve um período diferente deste que nós estamos vivendo. Isso é importante para a gente discutir, principalmente com os mais jovens. Eu diria que o fim do chamado compromisso keynesiano vai se expressar em meados da década de 1970. Naquele período ficou evidente que o compromisso estava apresentando problemas porque a base sobre a qual ele se assentava, que era a manutenção de taxas crescentes de lucro, não estavam mais se realizando. Como a expressão diz, foi um “compromisso”. Um compromisso feito entre os trabalhadores, os patrões e o Estado, no qual ficou acertado de que os novos métodos de produção seriam implantados no mundo inteiro. Até 1945 estavam praticamente restritos aos Estados Unidos, que aproveitaram a Segunda Guerra Mundial para reestruturar seu aparelho produtivo. No pós-guerra, esses métodos foram para Europa a partir de um compromisso de reerguer o continente, de reconstruir os países, com base naquilo que mais avançado havia para organizar a produção. Isso tinha como fundamento ganhos crescentes de produtividade, cujo compromisso partilhava parte da produtividade com aumentos de salários reais, com extensão da proteção social – aquela que a gente identifica como Welfare State – e, ao mesmo tempo, com as taxas de lucro. Em meados da década de 1970, as taxas de lucro começam a apresentar problemas nas principais economias. Eu não diria necessariamente que a ascensão do capitalismo financeirizado se dá nesse período. Nesse período nós

---

<sup>11</sup> Pós-doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP e professor titular de Economia na UNIP. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

tivemos a evidência de que o padrão de acumulação anterior não tinha mais como continuar, mas foi uma verdadeira luta para se impor um novo. O novo que é aqui mencionado como capitalismo financeirizado. Porque primeiro tinha que golpear os trabalhadores, e golpearam. Nós temos duas greves emblemáticas, no início da década de 1980, que foram absolutamente derrotadas. A greve dos aviários, nos Estados Unidos, e a greve dos mineiros, na Inglaterra. A partir daí vira a relação de forças e ao mesmo tempo há problemas na União Soviética. O que é importante chamar atenção é que primeiro precisou golpear os trabalhadores e depois precisou destruir toda regulamentação que tinha sido erigida durante o período do compromisso keynesiano. Regulamentação que impedia, por exemplo, que este capital se desenvolvesse tal como ele está hoje.

**OBSAL: Quais as principais diferenças econômicas, sociais e políticas entre os dois períodos?**

**R. M.:** A principal diferença entre o período do capitalismo financeirizado e o compromisso keynesiano é que não há mais compromisso. Se no compromisso keynesiano a produtividade, de uma certa maneira, era partilhada entre trabalhadores e capitalistas, porque os trabalhadores tinham força para impor isso; no período atual, quem domina, de maneira quase que soberana, é o capital. Não é qualquer capital. É o capital que a gente chama de capital financeiro ou, como Marx diz, capital portador de juros ou a juros. Então não só não se partilha mais ganhos – e por isso que a gente tem uma queda da participação dos salários na renda no mundo inteiro, invertendo a tendência anterior –, como também não é um capital que esteja preocupado em criar emprego e gerar renda. É um capital que quer ganhar dinheiro, como diz Marx, sem passar pelas agruras da produção, ou seja, ficando só na esfera da circulação. A principal diferença é que os trabalhadores estão na defensiva, e, ao estarem na defensiva, não conseguem se opor a este capital, que é mais destruidor do que qualquer outro. Não estou aqui querendo fazer graus de diferenciação entre os capitais, mas uma coisa é um capital que gera emprego, outro é que vive vendendo e comprando títulos, comprando ações, comprando derivativos, comprando cripto-moedas, comprando e vendendo o tempo inteiro.

**OBSAL: Afinal, o que é o neoliberalismo? Qual é a relação entre o neoliberalismo e o chamado capital portador de juros?**

**R. M.:** Essa é uma boa pergunta porque eu acho que os movimentos sociais, os sindicatos, as associações, os progressistas em geral, para não falar a esquerda, não compreendem direito o que é o neoliberalismo. Durante a pandemia, quando os governos de todos os tipos aumentaram o nível de gastos e tiveram que aumentar por causa da pandemia, vários começaram a dizer: “é o fim do neoliberalismo”. Quando o Biden ganhou a eleição e encaminhou aquele pacote – importante dizer que o pacote tem vigência por 10 anos e o pessoal só via o número agregado –, começaram a dizer que o neoliberalismo havia acabado, quer dizer que não entenderam nada do que é o neoliberalismo. O neoliberalismo é expressão ideológica da dominância do capital portador de juros. Porque o capital portador de juros, mais do que qualquer outro capital, precisa de total liberdade para se manter e se desenvolver. Durante o período anterior, aquele chamado de compromisso keynesiano, evidentemente que ele existia, mas o seu grau de liberdade estava tolhido. Por exemplo, o câmbio era fixo e só isso já limita a saída de capitais de um país para outro, mas além disso existia uma série de regulamentações que impedia que o capital tivesse a liberdade que tem hoje. Para adquirir essa liberdade, ele tinha que colocar como ponto central da discussão a volta ao mercado. No neoliberalismo, o mercado é o local ótimo para alocação

dos recursos, o mercado é mais eficiente e abaixo está o Estado. No limite, o ideário neoliberal propõe que não exista salário mínimo, que não haja regulamentação do trabalho, acordos coletivos, ou seja, tudo deve ser deixado ao sabor da oferta e da demanda. Como se os trabalhadores fossem enfrentar o mercado de trabalho na mesma posição de que os empresários. É claro que não. Eles vivem da venda da força de trabalho, então têm que se submeter. Eu não posso imaginar que o neoliberalismo vá terminar dada a manutenção da dominância do capital portador de juros: um é o outro.

**OBSAL:** Em uma de suas últimas obras, no livro “Pandemias crises e capitalismo”, você e os demais autores afirmaram que apesar do discurso neoliberal defender abertamente a diminuição dos gastos para que não haja aumento de dívidas, a dívida pública é um dos principais instrumentos da lógica do capitalismo financeirizado. Por que os porta-vozes do neoliberalismo se manifestam favoráveis à diminuição dos gastos e das dívidas públicas?

R. M.: Dívida pública existe desde que existe Estado. Vamos lembrar que os Estados nacionais nascem com capitalismo. Dívida pública e capitalismo são irmãos siameses. A dívida pública nunca foi um problema. E outra que a dívida pública é um instrumento de política fiscal. Agora, de fato, a partir dos anos 1970 houve um avanço da dívida pública enquanto percentual do PIB no mundo inteiro. Nos anos 1970 as principais economias do mundo enfrentaram uma crise econômica. Os investimentos diminuem, o desemprego retorna no mundo inteiro depois de três décadas, bancos vão à falência, empresas fecham e eles ainda não tinham golpeado os trabalhadores, então, foram obrigados a aumentar os gastos. Em crise, como nós sabemos, a arrecadação cai, mas os gastos, naquela oportunidade, se mantiveram. Aliás, não só se mantiveram, como houve um aumento de demanda, por exemplo pelo seguro desemprego, que no período anterior praticamente não funcionava porque a taxa de desemprego era de desemprego friccional. Não havia necessidade do aporte. Houve também empobrecimento da população, perda de renda, então aumentou o gasto. No processo da conquista dos corações e mentes para a desregulamentação, para impor a tônica desse novo capital e ao mesmo tempo estar falando em nome de todos os capitais, uma das coisas que vai ser objeto de ataque é a dívida pública. “O Estado é ineficiente”, “O Estado está muito grande, isso compromete o futuro”. Isso é retórica. Porque quando a gente analisa a evolução da dívida pública, ela não diminuiu a não ser em um país ou outro, em anos isolados. Tem uma tabela no livro “Pandemias, crises e capitalismo” que mostra o aumento do endividamento ao longo do tempo. A gente tem que se perguntar, “mas como é que aumenta e ao mesmo tempo estão atacando os gastos públicos?” A pergunta é: “Estão atacando que parte dos gastos públicos?” São os gastos sociais. Existe uma preocupação em abrir uma outra fronteira de acumulação para o capital. É só reparar, por exemplo, como cresceram a educação e a saúde privadas. Antes o que era considerado uma boa gestão era o governo propiciar uma saúde pública, uma educação pública, mas agora não, a máxima é deixar essas áreas para o mercado. Não é fácil desmontar a argumentação de que é necessário diminuir a participação do Estado, pois os defensores se utilizam da lógica do orçamento familiar de que não se pode gastar mais do que se ganha. No entanto, não é assim que acontece com o Estado. Durante todo o capitalismo o Estado manteve dívida, rolou dívida e aumentou sua dívida. O Estado, por exemplo, tem a capacidade de emitir moeda, de fazer moeda. Ao atacarem os gastos do Estado, os porta-vozes do neoliberalismo escondem a verdadeira intenção, que é a de tirar o Estado das áreas da proteção social. Por outro lado, é importante reparar o nível de gastos com armamentos. Os EUA destinam uma quantidade enorme para produção de armamentos. E qual é o discurso do país? Um discurso (neo)liberal. Lá, a saúde não é pública. Somente os mais pobres que têm alguma

coisa no sistema público, mas o que foi constatado na pandemia é que as pessoas simplesmente se endividaram para arcar com os custos de tratamento contra a Covid-19.

**OBSAL: Sobre os títulos públicos. Hoje, eles são amplamente comercializados no mercado financeiro. Qual é o papel da dívida pública na atual fase do capitalismo?**

R. M.: Nesse ponto, seria necessário analisar a composição da dívida pública país por país. Saber quais são os indexadores da remuneração de cada uma. Mas certamente, em todo o mundo, uma parte muito importante de credores está apenas para ganhar dinheiro no curto prazo. Então, se há algum papel, é o de financiar o credor. Isso não é bom, porque o credor quer comprar hoje e vender amanhã com enorme retorno.

**OBSAL: Sobre a disputa entre os capitais na busca por melhores rendimentos nas diferentes praças financeiras do mundo. Quais são os efeitos das fugas de capitais, principalmente para os países latino-americanos?**

R. M.: Eu acho que não dá para a gente juntar todos países latino-americanos. Os países de maior peso são Brasil e Argentina. A Argentina tem toda a questão de endividamento relacionada à sua moeda. Eles não conseguem resolver esse problema. Porque a classe dominante e a classe média simplesmente rejeitam a própria moeda. Não é de hoje, isso são décadas. Quando houve a crise de 2007/2008, houve um redirecionamento dos capitais para os países chamados subdesenvolvidos ou do terceiro mundo. Houve uma mudança de fluxo. Primeiro houve uma fuga de capitais para os Estados Unidos. Em crises, os capitais buscam um porto seguro. Uma das coisas que foi feita naquele período foi uma enorme injeção de liquidez dos Estados Unidos e os bancos não tinham onde escoar, pois eles se negaram a fazer empréstimos baratos. Acabou o capital indo, então, para o terceiro mundo. Isso não quer dizer que nós aqui no Brasil, mesmo na Argentina, não tenhamos recebido capitais em períodos anteriores. No processo mais recente, a grande parte do capital que entra no balanço de pagamentos como investimento direto estrangeiro não tem nada de investimento. Mesmo a parte que é dirigida para a compra de ações. Quando se compra mais de 10% de uma empresa, em termos de ações, a contabilidade coloca como investimento direto. Mas se nós tivéssemos recebendo investimento no sentido econômico do termo, que aumenta a capacidade produtiva, nosso país estaria bombando. No momento, estamos vendo um processo inflacionário no mundo inteiro. Grande parte do problema se deve aos problemas gerados pela paralisação da atividade econômica durante a pandemia, que gerou quebra de alguns elos das cadeias produtivas. Os Estados Unidos já elevaram a taxa de juros. Pouco, mas já elevaram. Quando começa esse tipo de movimento já pode sinalizar que o afluxo não seja tão grande para os países chamados subdesenvolvidos. Por enquanto a gente não está vivendo esse tipo de coisa. O Brasil está com uma política de elevação das taxas de juros e está recebendo muitos capitais estrangeiros. Agora, assim como o capital entra, o capital sai. Porque não há barreiras. Países como o Brasil não estão só sujeitos a saídas de capitais quando algo importante acontece no cenário internacional, também são muito sensíveis ao que acontece internamente: como uma crise política e/ou uma crise econômica. O efeito, portanto, é desestabilizador. Na verdade, quando você não coloca nenhum empecilho à saída – porque poderia

aceitar a entrada com algumas restrições, com algumas prerrogativas de que caso entre só possa sair daqui a um determinado tempo -, você perde a capacidade de fazer política monetária. Tudo fica completamente ligado: câmbio, juros, etc.

**OBSAL: Para finalizar, há possibilidade de rompimento com o neoliberalismo? Quais são as possibilidades de os governos progressistas latino-americanos de avanços sociais e regressão do neoliberalismo na atual conjuntura?**

**R. M.:** Eu vou esquecer que são governos progressistas. Então vamos supor que nós tomemos o poder. Porque se eu falar dos governos progressistas eu teria que dizer até que ponto os governos progressistas querem de fato fazer uma alteração radical. E aí eu teria que perguntar não só se eles estão dispostos, mas se eles são capazes. Se eles têm apoio, tem base social para tal. Eu vou te responder supondo que nós tomássemos o poder, que a gente tivesse apoio, apoio nas instituições e apoio popular. Não há possibilidade de rompimento total com o neoliberalismo. Porque o neoliberalismo, a mundialização do capital e a dominância do capital estão misturados. A gente só pode romper completamente com neoliberalismo se nós nos isolarmos e, por exemplo, começarmos a fazer política entre alguns países aqui da América Latina. Se eu acabar com o capitalismo eu também vou ter que ficar isolado, de qualquer maneira.

Esse tipo de abordagem é uma resposta ruim, porque parece que a gente não pode fazer nada. E a gente pode fazer algumas coisas. Primeiro desmontar o que foi feito no período anterior. Porque houve uma destruição das políticas sociais, por exemplo no Brasil. Então você desmonta isso, você reconstrói do ponto de vista social, para poder trabalhar com as políticas sociais. É possível também fazer políticas no sentido de geração de emprego e renda. Agora toda a questão está: e no câmbio, o que a gente faz? em relação a esses fluxos financeiros? Romper totalmente é difícil, mas começar a construir as alternativas de comércio e trocas com outros países; colocar alguns empecilhos de saída do capital, mas não necessariamente um rompimento completo. O Chile, por exemplo, será que vai conseguir acabar com o sistema previdenciário privado, que vive de aplicações no mundo inteiro? O sistema previdenciário chileno está absolutamente integrado ao capital financeiro mundial.

A palavra rompimento é muito forte. Nós temos que criar salvaguardas. Recuperar a dignidade dos nossos povos gerando emprego e renda, construindo um sistema de proteção social mais digno e ao mesmo tempo colocar algumas barreiras para que esse tal de neoliberalismo, na figura do capital dinheiro, que possui livre mobilidade, não tenha esse grau de liberdade. Não sei se é possível, se haverá reação, novas destabilizações dos governos e até a criação de uma pequena guerra na América Latina.

Entrevista com Mónica Peralta Ramos

# “O endividamento hoje em dia é uma arma letal para os países em desenvolvimento”

Por Leticia Garziglia<sup>12</sup> e Fernando Vicente Prieto<sup>13</sup>

Mónica Peralta Ramos é Doutora em Sociologia e colunista do *El Cohete a la Luna*. É pesquisadora e docente nas áreas de economia política, sociologia e antropologia. Escreveu os livros *Etapas de acumulación y alianzas de clase en la Argentina (1930-1970)* (Siglo XXI, 1972), *Acumulación del capital y crisis política en la Argentina (1930-1974)* (Siglo XXI, 1978) y *La economía política argentina. Poder y clases sociales (1930-2006)* (FCE, 2007).

A partir do OBSAL dialogamos com ela sobre a dimensão colonial e geopolítica da dívida externa, a crise do sistema financeiro internacional e as possibilidades que os povos têm de resistir ao endividamento.

**OBSAL: Qual é o papel geopolítico da dívida externa nos países da América Latina e do Caribe? Como isso está ligado à independência (ou dependência) dos países?**

**Mónica Peralta Ramos (M.P.R):** O endividamento, como está estruturado hoje, é uma arma letal para os países em desenvolvimento. É uma arma de sucção dos recursos. É como uma arma de guerra. O endividamento trabalha com juros compostos, tem uma lógica matemática que não pode ser relacionada à lógica de crescimento de uma economia, na qual entram variáveis como natureza, safras ou produtividade do trabalho; variáveis que não crescem exponencialmente como os juros da dívida, mas têm outro tipo de crescimento, o linear. Portanto, se você colocar uma dívida em uma taxa de crescimento exponencial, nunca poderá pagá-la. É o velho drama da humanidade: a usura. É um mecanismo de dominação e exploração descoberto 3 mil anos antes de Cristo, que foi proibido ao longo do tempo em diferentes culturas e lugares justamente por ser um mecanismo de destruição social. Não é uma questão de ideologias, é uma questão de vida humana: se a vida social é possível ou não. Por exemplo, onde foi descoberto, na Mesopotâmia, era uma sociedade em que os mosteiros, os sacerdotes, a elite dominante perceberam que através deste sistema ficaram sem vassalos, sem colheitas e sem exército. Destruuiu a sociedade.

<sup>12</sup> Licenciada em Ciências da Comunicação Social, UBA. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

<sup>13</sup> Jornalista e editor em temas de política internacional. Integrante do Obsal L, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Então eles começaram a colocar limites nisso. E dos últimos 200 anos até aqui ela se naturalizou. Ninguém questiona que existe uma dívida com crescimento exponencial de juros. Por isso acho que tem que haver uma revolta social. Haverá inevitavelmente, porque estamos marchando em direção a um sistema que não tem saída. É um tipo de capitalismo que maximiza os lucros em todos os níveis e um dos mecanismos é o endividamento ilimitado, ou seja, contrair uma dívida impossível de pagar. Então você volta a se endividar para reestruturar essa dívida e assim por diante. Temos o exemplo aqui [na Argentina], agora que estamos fazendo empréstimos para refinarciar. Não cabe na mente humana.

E está acontecendo no centro do planeta. Os Estados Unidos e os países mais desenvolvidos têm um endividamento brutal, que destruiu o sistema financeiro internacional. Tudo está pendurado com alfinetes, o endividamento global atingiu um nível que não teve na história do capitalismo. É insustentável mesmo para a primeira potência mundial. Então, acredito que a humanidade acabará se conscientizando — se ainda conseguir sobreviver —, porque estamos em uma situação em que os conflitos locais se espalham pela geopolítica e se tornam uma bomba-relógio, e as potências que detêm armas nucleares estão prestes a enfrentar essas questões diretamente. É terrível e estamos naturalizando isso. A guerra com a Rússia vai terminar em uma guerra terrível. Porque os Estados Unidos não podem permitir que mais da metade da população e dos recursos naturais do mundo passem para uma esfera de trocas financeiras e comerciais onde não domine o dólar. Por trás dessa guerra está isso, uma guerra pela moeda, por quem controla a emissão da moeda e quem controla os recursos. A Rússia é um dos países mais ricos do mundo em termos de variedade de recursos naturais. É isso que está por trás de tudo isso.

**OBSAL: Você considera então que, assim como o sistema financeiro internacional, o dólar, como principal moeda de troca, também está em crise?**

**M. P. R.:** São duas coisas relacionadas. O sistema tradicional está em crise desde 2008. Chegou num ponto em que a lacuna entre o crescimento da economia e o crescimento da dívida é enorme e não pode ser diminuída. Neste momento, para cada dólar de crescimento da economia, deve haver cerca de dez dólares de dívida. O crescimento da dívida é exponencial e a pandemia deu-lhe um impulso brutal. É um sistema insustentável, no centro e na periferia. E está gerando muita tensão porque um dos problemas é a crise de liquidez. Não há dólares no mundo que possam impedir uma corrida cambial que ocorre em qualquer lugar. Primeiro, o sistema financeiro está interconectado como nunca antes, não importa o país: China, Estados Unidos, etc. Por outro lado, a velocidade das transações é muito rápida com algoritmos, por isso é muito difícil interromper um problema em um ponto, para que ele não se espalhe e infecte o restante. É o que estamos vendo agora. Estamos vendo como um sistema implode. Eu não sei para onde está indo, mas você pode ver que há uma lacuna devido à guerra. Porque o que está em disputa é o continente da Eurásia, que é enorme e tem os maiores recursos e mercados do mundo. Esta guerra está tendo um impacto global. E aí está o fracasso da política externa dos EUA, que conseguiu unir seus adversários e transformá-los em inimigos. E agora você tem uma guerra na Ucrânia que deveria ter sido evitada. Não havia necessidade dessa guerra se a OTAN não se expandisse para o leste, quebrando todos os compromissos. O impacto global não é apenas com a Rússia. Fizeram com a Rússia o que nunca foi feito com ninguém nesse nível: controlar as importações no nível que estão fazendo. Portanto, está surgindo uma maneira diferente de conectar cadeias de pagamento com cadeias de suprimentos que não é através do dólar e é feita de maneiras diferentes, por exemplo, por meio de sistemas de mensagens financeiras não-dólar

que, em termos globais, tiveram pouca influência. Mas agora existe a possibilidade de que eles cresçam rapidamente. Existe até um banco importante, o Rabobank, que fez um estudo que analisa a possibilidade do escambo chegar. É o fim do dólar, que não foi produzido pela guerra, veio da crise anterior. A crise financeira tira a força do dólar como moeda de reserva internacional. Então, o que está em questão é como as relações financeiras internacionais são sustentadas. Porque, mesmo dentro dos aliados da América, em quem você vai confiar? Você tem que ser muito estúpido como nós, [para] se ajoelhar diante do dólar, sentar-se diante do Fundo Monetário quando esses problemas ocorrerem como se eles o invadissem e tomassem suas reservas. É uma crise dramática que se torna natural.

Além disso, há uma guerra de informação. É uma guerra por espaço na cabeça. Essa guerra foi sofisticada com a economia digital, com o enorme poder dos monopólios tecnológicos e com a desintegração das instituições políticas. Porque por trás dessa crise do capitalismo está a crise de legitimidade dos partidos políticos, dos sindicatos. Estamos vivendo um momento que é um pântano. Mas a flor de lótus cresce no pântano e de alguma forma neste pântano a verdade vaza. Espero que a juventude —que é o que move o mundo— perceba isso. E como há uma enorme crise de legitimidade nas instituições, o protesto irrompe da forma mais incrível e nos lugares menos esperados. Olha o Chile.

**OBSAL:** Nesse contexto que você descreveu — de um certo caos sistêmico, de incerteza —, o que os países da América Latina e do Caribe podem fazer diante disso, em termos políticos? Em algum momento da década de 1980, foi feita uma tentativa de formar uma frente comum contra a dívida. Não foi alcançado. O que poderia ser feito hoje, neste contexto geopolítico, para responder a esta situação em benefício das populações?

**M. P. R.:** Tudo começa de baixo para cima. É muito difícil para os países latino-americanos fazer algo se não houver um movimento de protesto organizado. Os governos são, de alguma forma, uma expressão do que está acontecendo em seus países. Acho que agora há um sopro de esperança porque em diferentes lugares há eleições e mudanças de governo. No nível governamental, a primeira coisa que me ocorre é que deve ser formada uma aliança entre os países que são contra o endividamento, que, além de questionar a dívida, estabelecerá relações comerciais e financeiras, ganhará força, apoio uns aos outros. Mas, para isso, tem que haver força vinda de baixo, organizações que a proponham e conscientização da população de que é preciso ser incluída e empoderada. Essa superlotação no controle mental semeia a fragmentação, isola a população, divide-a em identidades antagônicas. A resposta a isto tem de ser o contrário, a solidariedade, a cooperação e a visibilidade de que existem interesses comuns. Desde que a humanidade existe na Terra tem havido relações sociais, as sociedades não são indivíduos empilhados uns sobre os outros, são estruturas de relações sociais. E há dois que cumprem um eixo fundamental: os de dominação e os de cooperação. Infelizmente, as grandes crises são produzidas pela predominância da luta de um contra o outro. A dívida ilimitada é precisamente a melhor síntese disso, e como ela pode destruir uma sociedade e o mundo. Não há mundo que possa suportar uma dívida que cresce mais rápido que a economia.

**OBSAL:** Quais são esses interesses que ficariam de fora desse campo comum que tem que se unir?

**M. P. R.:** Não estou excluindo ninguém, mas sei quem vai se opor a isso. É como a questão da inflação na Argentina. Quem se beneficia com essa dívida? É um grupo pequeno, há setores monopolistas altamente concentrados. Mas há até grandes interesses que são prejudicados, capitais nacionais, por exemplo. Então não descarto que eles possam se aliar eventualmente. Também pode haver capitais estrangeiros com uma visão diferente. A maior resistência virá de grupos concentrados nos setores de tecnologia. É como uma pirâmide, há uma guerra dentro dos monopólios, lá eles concordam em disputar um país, mas há enormes contradições entre eles. É visto nos Estados Unidos na luta entre monopólios de tecnologia e o Federal Reserve para controlar a emissão de moeda. Devemos começar pelos mais vulneráveis, que são os primeiros a serem sacrificados no impacto da guerra sobre os preços. Aqui temos mais da metade das crianças pobres, em um país que tem capacidade para alimentar 500 milhões de pessoas. Há setores muito concentrados interessados nas exportações que vão fazer uma luta muito grande para impedir qualquer controle de preços. O mesmo vale para a dívida. Mas tudo está em fluxo permanente. E você tem que saber estabelecer relações de força e tem que capacitar quem não tem. E você tem que fazer perguntas. Não esqueça que Hitler apareceu graças ao desespero do povo, que não tinha mais esperança. E então o que uma pessoa faz? Ela faz a última coisa que lhe é oferecida. Temos que parar de normalizar essas coisas. Espero que o mundo seja melhor, mas algo precisa ser feito a respeito, porque as coisas não mudam sozinhas.

Entrevista com **Éric Toussaint**

# “O problema da dívida é mais importante hoje do que há trinta ou quarenta anos”

Por *José Seoane*<sup>14</sup> e *Emilio Taddei*<sup>15</sup>

Historiador e economista belga, especialista em questões como dívida e globalização neoliberal, **Éric Toussaint** fundou, em 1990, a rede internacional do Comitê para a Abolição das Dívidas Ilegítimas (também conhecido como CADTM, pela sigla que forma o nome original, posteriormente modificado: Comitê para o Cancelamento da Dívida do Terceiro Mundo), sendo atualmente seu porta-voz. Esse comitê é uma das articulações globais mais importantes no questionamento da financeirização e seus efeitos no capitalismo contemporâneo. Ao passar por Buenos Aires para participar de diversas reuniões sobre a negociação do governo argentino com o FMI, tivemos a oportunidade de conversar com ele sobre o significado e a história do endividamento externo e as alternativas de uma perspectiva latino-americana.

**OBSAL:** Embora o problema da dívida tenha uma longa história, certamente é possível reconhecer uma novidade e um vínculo entre a expansão do endividamento, os processos de financeirização e o atual estágio neoliberal do capitalismo. Particularmente, nas últimas décadas tem-se falado de um novo ciclo de aumento da dívida. Qual é a sua opinião sobre isso?

**Éric Toussaint (E.T.):** Há uma dimensão financeira extremamente importante no capitalismo de hoje; acentuado no contexto da longa depressão — como Michael Roberts a chama — que começou em 2007 e continua até hoje, o que Mandel chamou de “longa onda de depressão”. Financeirização, acumulação e uso de dívidas para manter vivas milhares do que Roberts chama de “empresas zumbis”. Em particular, as dívidas públicas são instrumentos para disciplinar os governos e mantê-los dentro da lógica do sistema capitalista. E isso também está piorando. Por exemplo, no contexto da pandemia na Europa e nos Estados Unidos, para pagar o aumento da despesa pública, recorreu-se a um aumento do endividamento em vez de aumentar os impostos sobre os setores mais ricos. Considere-se, por exemplo, que a dívida da Grécia representa hoje 230% do PIB, 170% da Itália, 140% de Portugal, 115% da Bélgica ou França. Eles são muito superiores aos da Argentina ou do Brasil. Uma explosão de dívidas. E agora, em nome do seu

<sup>14</sup> Pesquisador do GEAL (Grupo de Estudios sobre América Latina y el Caribe), IEALC, UBA. Integrante do Obsal, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

<sup>15</sup> Dr. em Ciências Sociais. Pesquisador do CONICET-UBA. Membro do GEAL, IEALC, UBA.

pagamento, propõe-se uma nova ofensiva de reformas estruturais, ao mercado de trabalho, às pensões, etc. Por outro lado, as dívidas das classes populares também aumentaram tremendamente, uma pilhagem com juros altíssimos; é uma forma de discipliná-los e diminuir sua vontade de lutar. É muito mais difícil entrar em greve com suspensão de salário, se você também tem que pagar uma dívida. Ao mesmo tempo, é claro, como o Chile mostrou, isso leva o povo a tal situação que em um dado momento não aguenta mais e pode eclodir uma rebelião. Por isso, para nós, o problema da dívida é ainda mais importante hoje do que há 30 ou 40 anos.

**OBSAL:** Nesse sentido, a atual renegociação do crédito que o FMI concedeu ao governo Macri não é excepcional, mas de qualquer forma ilumina uma situação regional e global. Você acha que existe o risco de uma nova crise da dívida na América Latina e, em geral, no mundo?

**E. T.:** Sim, existe de fato o risco de uma nova crise. Neste momento, dois elementos contribuem para o adiamento dessa possível crise. Por um lado, embora os bancos centrais do Norte estejam aumentando a taxa de juros, esta ainda está abaixo do aumento da inflação. Isso permite que os países do Sul continuem conseguindo refinar suas dívidas; ou seja, podem assumir mais dívidas para pagar as anteriores. Por outro lado, o aumento dos preços das matérias-primas, como petróleo e gás, significa que países que estavam em incumprimento, como a Venezuela, voltam a receber mais receitas com um barril a mais de 100 dólares. Esses fatores – taxas de juros baixas por enquanto e preços altos, que favorecem os exportadores de commodities – evitam essa crise de pagamentos. Mas os volumes de dívida são tantos e a pressão sobre o Federal Reserve dos EUA para continuar aumentando a taxa é tão forte que o perigo está presente. A Reserva havia prometido aumentar a taxa em 0,25% ao mês para atingir uma taxa de mais de 1% até o final do ano; a crise com a Rússia provavelmente fará com que esses aumentos sejam adiados, mas se isso for para frente, existe o risco de uma nova crise, já que uma taxa de juros mais alta promoveria uma repatriação de capital para os Estados Unidos – e para a Europa se continuar dessa maneira – e aumentaria o prêmio de risco que os países endividados teriam que pagar. Então, não há crise hoje, mas há condições para isso.

**OBSAL:** As próprias organizações financeiras internacionais, bem como o G20 ou o Clube de Paris, reconheceram a gravidade deste problema e propuseram a redução da dívida em alguns casos. O que você acha dessas propostas?

**E. T.:** Essas iniciativas do Banco Mundial, do FMI, do Clube de Paris são totalmente insuficientes; e também as propostas dos próprios países endividados. Elas são um fracasso. Mesmo o aumento dos direitos de saque especiais (SDRs) decidido pelo FMI é um fiasco. Como esse aumento é proporcional à cota que corresponde a cada país no FMI, mais uma vez são os países do Norte que recebem a maior parcela desses SDRs. Por outro lado, eles haviam prometido ceder-los aos países do Sul, mas não o fizeram. Quando eles concedem algo consiste em usar seus direitos de saque para emprestá-los, cobrando juros quando recebem esses direitos de graça. É um escândalo.

**OBSAL:** Relacionado a isso, a crise da dívida do início dos anos 1980 culminou na imposição do chamado “Consenso de Washington” na região, com suas terríveis consequências. Concorde, como por vezes aqui foi dito, que o Fundo mudou e que já não promove as mesmas receitas?

**E. T.:** Não, eles continuam com o mesmo modelo e vimos isso no Equador em 2019. Eles convenceram Lenin Moreno a implementar um plano que incluía um aumento nos preços dos

combustíveis, o que provocou uma rebelião popular. Moreno teve que fugir de Quito e se refugiar em Guayaquil na esperança de controlar a situação, mesmo usando a repressão; mas acabou sendo forçado a recuar no aumento. Devemos lembrar também, por exemplo, da rebelião no Líbano, que começou em 2018 e durou um ano e meio, e foi contra o FMI e as elites locais. Há uma situação extremamente tensa neste momento no Sri Lanka, no sul da Ásia, contra o FMI e também em relação a outros credores, como a China. Assim, o FMI não mudou seu modelo e, ao contrário, sua política foi recebida com rebeliões e protestos intensos nos últimos anos em todo o Sul do mundo.

**OBSAL:** Nesse sentido, até que ponto é inédito o acordo alcançado pelo governo argentino?

**E. T.:** No caso da renegociação argentina há algo novo, mas não vejo como positivo. Pelo contrário, parece-me mais sofisticado e perverso. Além do fato de que a grande maioria das chamadas reformas estruturais não constam explicitamente no acordo, ele tem todas as armas para promovê-las com o monitoramento permanente das metas fiscais comprometidas e dos desembolsos parciais que deve autorizar no risco de inadimplência. Eles não anunciam claramente o que querem, mas têm um jeito de chantagear o governo para conseguir. O FMI, mesmo no contexto da pandemia e da crise internacional, não mudou em nada as suas receitas, que continuam a ser de corte de gastos sociais, de redução do aparelho e da capacidade de intervenção estatal, e de reformas estruturais que aprofundam o modelo. Há também inúmeros exemplos disso nos acordos assinados pelo FMI nos últimos três anos.

**OBSAL:** Em relação à dívida argentina, o senhor apontou sua origem ilegal e sua característica de dívida odiosa. Esse mesmo argumento tem sido usado para questionar as dívidas externas em outros casos. Qual é a origem desse argumento? Existe um histórico em que a dívida tenha sido efetivamente contestada?

**E. T.:** Sim, há um grande número de casos. México em 1862. Estados Unidos, após a guerra civil, em 1865. México, novamente, em 1867 contra a dívida com a França (que havia invadido o país e instalado Maximiliano como imperador). Em 1898, após a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha, por Cuba e Porto Rico. O repúdio dos soviéticos em fevereiro de 1918 da dívida czarista. O repúdio pelo Congresso costarricense, em 1919, da dívida contraída pela Tinoco. O tratado de Versalhes, de junho de 1919, onde se diz que a dívida da Polônia com a Alemanha não deve ser paga e o mesmo com relação aos territórios controlados pela Alemanha na África. Isso deu origem à doutrina da dívida odiosa, que foi formulada pela primeira vez por um jurista conservador russo exilado em Paris. Depois houve outros repúdios de dívidas, por exemplo, em 1949 pela China e em 1959 por Cuba. Ainda em 2003, uma semana após a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, o secretário de Estado das Finanças convocou os ministros do Clube de Paris membros do G7 e disse-lhes que a dívida assumida por Saddam Hussein era uma dívida odiosa. Ele falou explicitamente de dívida odiosa. Hoje há um julgamento em Londres sobre a dívida reivindicada pela Rússia à Ucrânia. Este julgamento foi interrompido, mas agora com a guerra o processo certamente vai acelerar, vamos ver qual será a conclusão. O próprio FMI publicou vários documentos sobre o tema da dívida odiosa. A doutrina afirma que uma dívida pode ser considerada odiosa com base em dois critérios: um tem a ver com o uso feito desse recurso, se ele, tenha contribuído ou não para o benefício da sociedade e do país; a segunda refere-se ao conhecimento que os credores tinham do uso que ia ser feito e das condições de pagamento do

crédito concedido. Na odiosa doutrina da dívida, não importa a natureza do regime que assumiu a dívida, pode ser um governo democrático ou uma ditadura; o que importa é o seu uso e a cumplicidade dos credores. O Fundo acrescentou um novo critério a esses dois, mas que aparece na doutrina original, que afirma que não deve haver consentimento da população.

**OBSAL: No quadro dos processos de mudança vividos na região após a crise econômica do início dos anos 2000, também ocorreram experiências de renegociação de dívidas. Você até participou da assessoria ao governo equatoriano sobre isso. O que pode ser salvo dessa experiência?**

E. T.: Sim, em 2007 o governo de Rafael Correa instituiu uma comissão de auditoria com participação cidadã, composta por quatro órgãos estaduais (Ministério da Fazenda, Justiça, Controladoria e Comissão Anticorrupção) e seis estrangeiros, incluindo Alejandro Olmos e eu. Junto com um colega equatoriano, fui responsável pela parte multilateral (FMI, Banco Mundial); e Alejandro Olmos, juntamente com outro especialista, ficaram responsáveis pela parte comercial (os detentores de títulos privados e fundos de investimento). Havia também outro grupo responsável pela dívida bilateral e outro pela dívida interna. Nossa recomendação foi ignorar a dívida com o FMI e com o Banco Mundial, mas ambos representavam um valor pequeno. O governo Correa preferiu optar por enfrentar os obrigacionistas que exigiam 3 bilhões a uma taxa de juros de 7%. Foi correto escolher o principal inimigo e uma vitória do Equador que permitiu reduzir a dívida. O FMI foi instruído a deixar os escritórios do Banco Central e o fornecimento permanente de dados de gestão econômica foi suspenso. Até o representante permanente do Banco Mundial foi expulso. É importante ter em mente que, quando essas organizações enfrentam uma situação de confronto, geralmente tentam silenciar a questão, porque fazer barulho é dar ao governo a oportunidade de explicar para todos e para que outros sigam seu exemplo. Lembremos que quando a Argentina suspendeu o pagamento da dívida ao Clube de Paris, em 2001, não causou nenhum escândalo, até que um acordo foi alcançado 12 anos depois, em 2013. Então, Correa entrou em conflito com os credores e venceu. Não houve retaliação, não houve julgamentos nos Estados Unidos, o problema veio depois.

**OBSAL: Com base nessa experiência e na crise dos anos 1980, quais são os desafios que os povos da América Latina enfrentam hoje?**

E. T.: Se pensarmos em uma possível crise da dívida, diferentemente da década de 1980, Fidel não está aqui e não há quem possa substituí-lo, e até Cuba não é a mesma. As eleições dos últimos anos e as rebeliões na Colômbia, Chile, Equador, entre outros países, indicam que as classes populares continuam desejando mudanças fundamentais. Da vitória de López Obrador no México à de Xiomara Castro em Honduras, fica claro que quando uma força política consegue se apresentar como capaz de chegar ao governo com um discurso que rompe com o neoliberalismo, há chances de ganhar as eleições. Ao mesmo tempo, vê-se com Castillo [no Peru] e com Boric no Chile uma autolimitação de governos. Não há comparação com Chávez, com Correa do primeiro período, nem com Morales. Não há medidas contra as transnacionais em termos fiscais como antes, nem na questão da dívida. Lembremos que Correa conseguiu suspender o pagamento da dívida externa, assim como Venezuela, Bolívia e Equador deixaram o ICSID e se recusaram a assinar acordos de livre comércio com os EUA e a União Europeia. A negociação realizada pelo governo de Alberto Fernández não corresponde à estratégia implantada pelo governo Kirchner no início dos anos 2000. Há uma lacuna entre a vontade das classes populares de encontrar forças políticas que construam uma ruptura com o neoliberalismo e a realidade que

quando chegam ao governo — seja por incapacidade ou deliberadamente — essas forças passem a prolongar o neoliberalismo, com nuances.

**OBSAL:** Nos anos 2000, o movimento altermundialista também foi muito significativo, assim como os movimentos globais contra a dívida. Qual é a situação hoje? Qual é a experiência da rede CADTM que você promove?

**E. T.:** Em um nível geral, a situação é preocupante devido à desintegração. Por outro lado, no caso do CADTM, posso dizer que houve um crescimento nos últimos anos. Realizamos nossa Assembleia Mundial no Senegal, em novembro, com a participação de delegações de 16 países africanos; latino-americanos, asiáticos e europeus participaram online. Novas organizações foram incorporadas, por exemplo na América Latina, a Frente Cidadã para a Auditoria da Dívida de Porto Rico; no México, foi estabelecido o Promotor para a suspensão do pagamento da dívida pública, do qual participa o Sindicato Mexicano de Eletricistas, entre outros. No quadro mais geral do movimento anti-dívida também houve passos. Em 2019, juntamente com a Jubilee South Americas e Asia [outra rede global significativa na luta contra a dívida] e outras organizações, foi convocada uma nova “semana de ação global contra a dívida”, o que foi importante. No entanto, hoje a invasão russa e a guerra na Ucrânia levantaram um novo debate dentro do campo, com duas tendências opostas que estão colocando tensão lá, entre aqueles que defendem Putin e aqueles que defendem a OTAN e a União Europeia. Para mim, eles cometem os mesmos erros. Essa tensão pode paralisar o movimento. Sem querer ser dramático, mas me faz pensar em agosto de 1914, quando as forças de esquerda europeias que se opunham à guerra acabaram aprovando “créditos de guerra” em cada um de seus países. Isso é extremamente perigoso.

**OBSAL:** Diante dessa situação, onde o problema da dívida se agrava, quais são as propostas e alternativas que o movimento promove?

**E. T.:** A principal reivindicação continua a ser o apelo à auditoria, nomeadamente como proposta de divulgação e convocação e como plano de mobilização. Por outro lado, denunciemos — se for o caso — o caráter ilegal e odioso da dívida. Do ponto de vista estratégico, é essencial integrar todas as dimensões da dívida. As dívidas do Norte e do Sul; endividamento público e dívidas reivindicadas das classes populares; as dívidas de estudantes no Chile ou na África do Sul, mas também nos Estados Unidos, Grã-Bretanha ou Japão; a dívida hipotecária abusiva em países como Grécia, Espanha, Portugal, Dinamarca, com a nova bolha imobiliária nos países do norte da Europa; e, claro, nos Estados Unidos; também dívidas de consumo; dívida a pagar pela saúde; microcréditos abusivos. É necessário articular todos esses problemas de dívida existentes no capitalismo de hoje. Por isso, há sete anos mudamos o nome da nossa rede e passamos do Comitê para a Abolição da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM) para o Comitê para a Abolição das Dívidas Ilegítimas. Em 2016 mudamos nossa carta política e a atualizamos novamente em novembro, em Dakar, com uma perspectiva anticapitalista, feminista, ecossocialista, em defesa dos direitos LGBT.

# Dívida e FMI: o caso argentino

Por Francisco Cantamutto<sup>16</sup> e Emiliano López<sup>17</sup>

## Introdução

Na Argentina, estamos testemunhando os resultados do último empréstimo tomado junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O projeto neoliberal de Cambiemos, liderado por Mauricio Macri, mais uma vez se aproximou dessa organização para solicitar um empréstimo sem precedentes na história do país. Neste texto recuperamos os elementos históricos da relação tristemente célebre entre a Argentina e a entidade financeira global, como exemplo das próprias operações do poder financeiro para os diferentes países. Essa operação que o Fundo adotou desde o momento de sua fundação por meio do acordo de Bretton Woods coloca em tensão não apenas a soberania dos Estados nacionais e seus projetos de desenvolvimento, mas também os direitos humanos e as possibilidades de reprodução da vida das populações dos países endividados.

## Breve revisão histórica

A Argentina não fez parte da criação do FMI; só entrou em 1956 por decisão da ditadura que destituiu Juan Domingo Perón do poder no ano anterior. Desde a sua entrada, o país se vinculou a vários programas de financiamento, incluindo 21 acordos de condicionalidade: 19 acordos *Stand By* e 2 acordos *Extended Facility*. Esses acordos associam os desembolsos de dinheiro a um conjunto de condicionalidades da política econômica do país devedor, com foco na consolidação fiscal e, neste último caso, nas reformas estruturais. Na Argentina, mais do que exceção, o condicionamento do FMI à política soberana é a regra. Passaram 41 dos 65 anos desde que entrou no Fundo sob os programas da organização (BRENTA, 2021b). Dos 24 anos sem acordos, 15 correspondem às primeiras décadas do século XXI.

Os resultados desses acordos foram compilados por Brenta (2021) e convêm ser citados aqui:

- não conseguiram estimular o crescimento econômico e até o limitaram por meio de limitações aos gastos públicos;
- com exceção da década de 1990 — que levou a uma profunda mudança estrutural na relação capital-trabalho, a privatização de empresas estatais e a reestruturação do grande

---

<sup>16</sup> Pesquisador do CONICET-Universidad Nacional del Sur. Membro da Sociedade Argentina de Economia Crítica.

<sup>17</sup> Pesquisador de CONICET-Universidad Nacional de La Plata. Coordenador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, escritório da Argentina

capital — não conseguiram uma redução sustentada dos níveis de inflação apesar de severos ajustes monetários;

- produziu aumentos significativos no desemprego.

Em suma, em nenhum caso esses acordos favoreceram maior dinamismo econômico e, muito menos, distributivo.

Um momento chave dessa história foi durante a ditadura civil-militar iniciada em 1976. O Fundo se recusou a fazer um desembolso ao governo constitucional de Isabel Martínez de Perón e concordou em transferi-lo no mês seguinte, quando o governo militar assumiu o poder. Nessa ação, o FMI ignorou as regras mais básicas do Estado de Direito. A dívida contraída pela ditadura com os bancos privados entre 1976 e 1979 fazia parte da tendência regional, baseada na chegada massiva de dólares excedentes aos países centrais. A ditadura argentina não só contraiu massivamente dívida sem uso produtivo, mas também nacionalizou dívida privada a pedido do Banco Central. A dívida pública quintuplicou no período.

Depois de um período inicial do governo de Raúl Alfonsín, em que desde 1983 foram feitas tentativas sem sucesso de apontar a ilegalidade e a ilegítima dívida da ditadura, os acordos do plano de estabilização Baker (1985) e Brady (1989) foram a porta da nova estratégia do FMI e do governo dos Estados Unidos, vinculada à implementação do programa conhecido como Consenso de Washington em toda a América Latina. Este seria o sinal da década de 90 na região. As prioridades deste consenso foram: a) Desregulamentar determinados mercados, em particular, ligados às finanças e ao trabalho; b) abrir as economias ao mundo, tanto no comércio como nos movimentos de capitais; e c) dar novas funções ao Estado, que teve que deixar de lado a proteção de certos direitos sociais para garantir negócios ao grande capital. Nesse sentido, destacou-se a promoção da privatização de bens comuns e estatais.

Entre os anos 1980 e 2000, o FMI fez dez acordos com o Estado argentino no valor de 27,65 bilhões de dólares, incluindo dois acordos do *Extended Facility*. Nesse período, com anuência ou a pedido do órgão, os direitos trabalhistas eram limitados, o que facilitava o aumento do desemprego à mercê das demissões e da queda dos salários reais. As privatizações foram um forte impulso para o aumento do desemprego e, em particular, às ligadas ao sistema de pensões significaram um grave subfinanciamento do Estado, o que limitou a capacidade de pagar aposentadorias dignas.

Um ponto interessante é ver em que medida o FMI pretendia apoiar o projeto neoliberal na Argentina como um de seus alunos modelo: 61% dos recursos que o FMI disponibilizou naqueles anos vieram durante os dois últimos anos de crise do palco de convertibilidade (2000-2001). Nesses anos, o FMI apoiou três operações de reestruturação financeira (o “Financial Shield”, o “Mega-swap” e o swap com empréstimos garantidos), questionados no judiciário argentino. Os compromissos financeiros excessivamente caros com o organismo estouraram as contas públicas do país. Em dezembro de 2001, o Fundo subitamente cortou o fluxo de dinheiro para a Argentina, mas a questão chave é que por uma década a agência apoiou explicitamente o mesmo modelo econômico que levou a um contexto sem precedentes de alto desemprego e níveis recordes de pobreza.

A partir de 2003, o modelo macroeconômico daqueles anos contrariava fortemente os preceitos do FMI. O governo argentino decidiu pagar antecipadamente toda a sua dívida com a agên-

cia, em janeiro de 2006, pagando o equivalente a 9,6 bilhões de dólares. Dessa forma, o governo propôs retirar a pressão da agência em termos de condicionalidades.

Assim, durante os governos Kirchner (2003–2015), a gestão da dívida pública foi orientada em uma direção diferente do papel que ocupou durante a década de 1990. A estratégia de sustentabilidade da dívida prevaleceu nas decisões estaduais sobre as finanças públicas. Isso se expressou em uma série de mudanças, dentre as quais se destacam:

a redução do número de títulos e jurisdições;

- um aumento da proporção denominada de pesos (de 24,2% para 33,1% entre 2003 e 2015);
- um aumento da proporção de propriedade de moradores locais (de 42,9% para 71,5%);
- um aumento da proporção da dívida intra-estadual (chegando a 57% em 2015);
- uma queda do peso em relação ao PIB (de 141% para 43%);
- uma queda do peso em relação ao total exportado (de 296,2% para 90,8%).

### **O acordo *Stand By* de 2018**

Em 2015, um novo governo tomou posse com um novo projeto político-econômico de cunho neoliberal, pró-empresarial e situado à direita do espectro político. Este governo, liderado por Mauricio Macri, fechou um acordo *Stand By* com o FMI em junho de 2018, 15 anos após o último acordo assinado. Este acordo estava programado para 50 bilhões de dólares, e posteriormente ampliado para 57,1 bilhões na revisão de outubro. Entre os dois momentos, e apesar de o resultado —que era previsível— contrariar o estatuto do FMI, em vez de suspender os desembolsos, a organização os ampliou. Trata-se de um número inédito na história do Fundo, que canalizou metade de seus recursos emprestáveis para um único país, superando em 1.100% os valores atribuídos de acordo com a cota aportada. Há fundamentadas suspeitas para considerar que os motivos do acordo não foram as dificuldades econômicas do país, mas o apoio do governo no poder pelos Estados Unidos, que mesmo na figura de seu presidente Donald Trump pressionou a diretoria do Fundo a conseguir o empréstimo. De acordo com o comunicado do acordo, o objetivo era disponibilizar recursos para que o governo pudesse lidar com a crise, restaurando a confiança dos investidores no país.

Independentemente da regulamentação local, o empréstimo da instituição financiou basicamente a continuação da corrida cambial, o que contraria o artigo VI do Contrato Social do FMI. Ao final dos meses que decorreram até a suspensão dos desembolsos do acordo, em outubro de 2019, as saídas de capital do país foram equivalentes a 45,1 bilhões, valor equivalente aos 44,5 bilhões sacados pela agência (BCRA, 2020). As sucessivas revisões do FMI permitiram novos desembolsos, apesar das evidências disponíveis sobre a continuidade das saídas de capitais, contrariando o sistema financeiro e as reservas internacionais do país.

No conjunto, durante o governo de Cambiemos, a dívida pública passou de 240,67 bilhões de dólares, em 2015, para 323,1 bilhões em 2019. De 53% do PIB, passou a 89% em 2019. A dívida foi tomada principalmente em moeda estrangeira. Em 2015 representava 36% do PIB, em 2019,

70%. Esses valores financiaram a fuga de capitais. Antes do fim do mandato, a dívida sob jurisdição local ficou inadimplente, o acesso ao mercado internacional de capitais foi perdido desde 2018 e o acordo com o FMI foi suspenso.

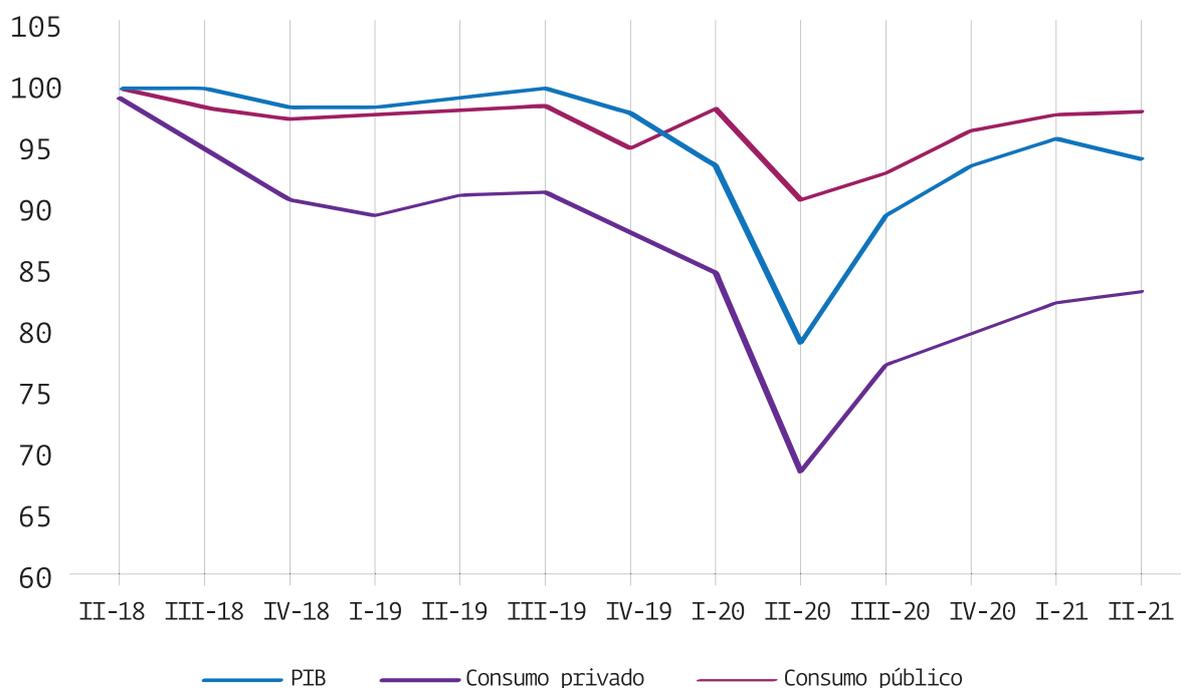
### Quais foram os principais resultados do último capítulo desta longa história do FMI e da Argentina?

Vejam os alguns resultados do último acordo realizado durante o governo de Mauricio Macri e finalmente endossado pelo acordo de ampliação de instalações firmado pela Frente de Todos com a organização

De acordo com os comunicados do acordo original, a presença do FMI na economia argentina deveria ter como objetivo a estabilização, conquistar a confiança dos investidores de modo que lhe permitisse sair da crise. O FMI transferiu um total equivalente a 44,5 bilhões de dólares. Esses recursos deveriam ter sido suficientes para distorcer o curso da economia, ou permitir que ela superasse a crise global com outras ferramentas. Nada disso aconteceu.

Desde a entrada em vigor do acordo *Stand By* até os dados mais recentes disponíveis, do segundo trimestre de 2021, o PIB argentino caiu 5,2%. O gráfico a seguir mostra os movimentos do consumo privado e público. Este último foi mais estável ao longo do tempo, embora ainda tenha caído 1,6%. A rigor, considerando até o final de 2019, a queda foi bem maior, da ordem de 4,5%, o que representa um fator contracionista, em linha com o que é exigido pelo FMI para estabilizar a economia.

**Figura 1. Agregados macroeconômicos com ajuste sazonal, índice com II-2018 = 100**



Fuente: Elaboración propia, com dados do INDEC.

Em relação à estabilização da taxa de câmbio, o acordo também não teve efeitos positivos. O dólar passou de \$ 25, no início de junho de 2018, para \$ 60, no final do mandato de Cambiemos, em dezembro de 2019, chegando a \$ 104 dois anos depois, no final de 2021. Essa dinâmica de desvalorização tem forte impacto na alta dos preços no país. Entre junho de 2018 e dezembro de 2019, o índice geral de preços subiu 94%, enquanto dois anos depois o aumento total atingiu 278%. Essa aceleração do processo inflacionário durante a vigência do acordo foi particularmente sangrenta na esfera alimentar, que subiu 303% em relação ao seu valor, em junho de 2018.

Isso afetou negativamente as condições de vida da população. De fato, a deterioração das condições de vida foi mais grave entre os mais desfavorecidos, o que contraria os preceitos dos direitos humanos em termos de proteção contra crises.

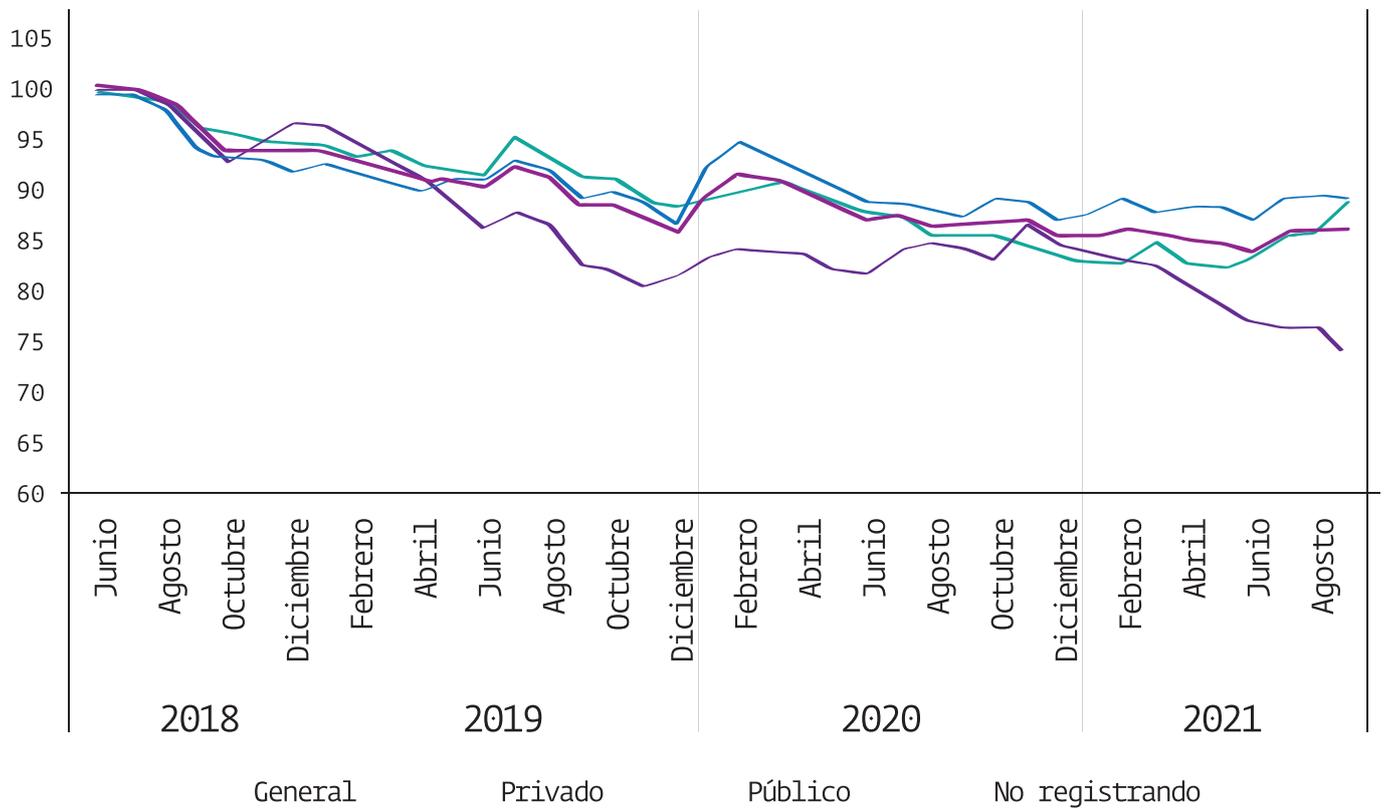
**Tabela 1. Pobreza e indigência em 31 aglomerados urbanos, Argentina.**

Indicador	I-2018	II-2019	I-2021
Pobreza			
Domiciliar	19,6%	25,9%	31,2%
Pessoal	27,3%	35,5%	40,6%
Indigência			
Domiciliar	3,8%	5,7%	8,2%
Pessoal	4,9%	8%	10,7%

*Fonte: Elaboração própria, com dados do INDEC.*

Esse impacto em termos de deterioração das condições de vida é compatível com a queda geral dos salários no país. O gráfico 2 mostra a queda dos salários em termos reais (descontada a inflação). Embora o emprego privado registrado tenha conseguido conter seu declínio a partir de dezembro de 2019, como um todo, todos os segmentos do mercado perderam poder de compra. A perda salarial foi em média de 14%, enquanto o segmento mais afetado foi o do emprego sem carteira, justamente o setor mais vulnerável, cuja renda caiu 18% em dezembro de 2019 e 25% em setembro de 2021.

**Gráfico 2. Salários reais, com junho de 2018 = 100**



Fonte: Elaboração própria, com dados do INDEC.

No conjunto, a remuneração do trabalho passou de uma representação de 46% da renda nacional para 40%, de modo que houve uma redistribuição contrária ao trabalho assalariado no período analisado.

### Referencias:

BRENTA, NOEMÍ (09 de enero de 2021). “Los acuerdos entre la Argentina y el FMI, 1956-2021”. *Voces en el fénix*. Disponível em: <https://vocesenelfenix.economicas.uba.ar/los-acuerdos-entre-la-argentina-y-el-fmi-1956-2021/>

## Conclusão

# Quem paga a dívida? Com quem é a dívida?

*Por Observatório de Conjuntura da América Latina e do Caribe (OBSAL)  
Instituto Tricontinental*

Nesta última seção propomos, mais do que um fechamento ou conclusão, uma abertura para continuar investigando um problema de longa data nos países do Sul global e especialmente para os países da América Latina e Caribe. Em termos gerais, tratamos a dívida externa como um problema em si, mas tratamos também dos problemas que ela gera nos países da região.

Vimos como a dívida — que tem o FMI como um dos principais protagonistas — desempenhou um papel fundamental em grande parte da história sombria dos países da América Latina e do Caribe, desde a segunda metade do século XX até hoje. Mas os povos de Nuestra América escrevem suas próprias histórias marcadas pela resistência às políticas de austeridade e ajuste, promovidas por organismos internacionais de crédito, credores privados externos e os Estados Unidos. Também encontramos governos que tiveram a vontade soberana de auditar a dívida, estabelecer sua ilegitimidade ou tirar seus países da dívida, e por vários anos a sigla do Fundo parecia esquecida.

Analisamos a dívida como dispositivo de dominação e exploração de nossos povos pelo imperialismo. A dívida corrói a soberania política e econômica dos países e implica uma enorme transferência de riqueza das economias latino-caribenhas para as potências do Norte, beneficiando um punhado de empresas transnacionais que têm seus representantes fiéis em cada um de nossos países.

Entrevistamos três intelectuais e pesquisadores sobre o papel da dívida em nível geopolítico global e regional, que deram conta da conexão entre o aprofundamento do endividamento dos países latino-americanos e caribenhos e o neoliberalismo, expressão da hegemonia do capital financeiro. e especulativo nesta fase do capitalismo. Nos últimos 40 anos, a dívida externa tornou-se um grande problema tanto pelo nível de superendividamento da região quanto pelas consequências sociais e pela deterioração da vida das populações devido às políticas impostas pelos organismos internacionais. Ou seja, a dívida contraída não foi utilizada para melhorar as condições materiais de vida dos povos do continente, mas sim para especulação financeira ou para saldar dívidas contraídas anteriormente — em grande parte ilegítimas, pois muitos empréstimos foram contraídos às custas dos povos e violando os regulamentos constitucionais.

Em um contexto geopolítico tenso, de transição hegemônica, e em meio a uma guerra entre Rússia e Ucrânia que tem efeitos em escala global, o problema da dívida se agrava. A pandemia da Covid-19 aprofundou as desigualdades e testou a resposta dos diferentes Estados, que tive-

ram de se endividar para fazer face à emergência sanitária e comprar vacinas e/ou contrariar a recessão económica e as quedas do PIB.

Por fim, analisamos o caso particular do endividamento argentino. A Argentina tem sido o país de referência sobre o qual nos concentramos neste caderno, devido à natureza atual do caso. A dívida recorde contraída pelo governo de Mauricio Macri em 2018, a fuga de capitais que possibilitou e o recente acordo de refinanciamento alcançado entre o governo da Frente de Todos e o FMI são capítulos deste último grande processo de endividamento que o país viveu.

Desde 1976, durante a última ditadura civil-militar, a dívida externa da Argentina foi escrita com sangue. Nas décadas de 1980 e 1990, o superendividamento se aprofundou, flexibilizando e precarizando as condições de trabalho e desmantelando o aparelho do Estado — deixando muitos direitos à mercê do mercado. Após a crise de 2001, os governos Kirchner realizaram um processo de desalavancagem que incluiu swaps com credores privados, o que implicou uma redução considerável da dívida, e a dívida contraída pelos governos anteriores com o FMI foi cancelada. Isso resultou em um maior grau de soberania. Em 2018, o Fundo e a dívida voltaram, e várias gerações que cresceram e se formaram politicamente sem a presença da sigla FMI veem o presente e o futuro condenados por vários anos. Os fantasmas das velhas receitas de ajuste, privatização, reforma previdenciária e trabalhista reaparecem, enquanto a pobreza continua a crescer.

Há duas perguntas com as quais queremos terminar este caderno: quem paga a dívida e com quem é a dívida? São questões que atravessam os artigos e entrevistas, levando-nos a pensar criticamente sobre a história recente e não tão recente da nossa região. A dívida foi paga com frequência e de forma trágica pelos povos do Sul global. Os Estados Unidos e seus parceiros europeus fazem recair as crises em nossos países, transferindo a riqueza produzida pela classe trabalhadora para algumas mãos, que a escondem em paraísos fiscais ou a utilizam na especulação financeira. Além disso, os povos foram obrigados a pagar a dívida com a pilhagem dos recursos naturais e o aprofundamento das desigualdades económicas, sociais, de gênero e raciais. A festa de poucos é paga pelas maiorias populares, enquanto aqueles que se beneficiam da dívida – funcionários, empresários e credores externos – gozam de impunidade.

Os governos são obrigados a concordar com o FMI e outras organizações internacionais de crédito para reestruturar ou refinar dívidas, buscando assim gerar segurança aos investidores, ao mesmo tempo em que traz incerteza, desorganiza e torna mais precária a vida de nossas populações. A dívida é com o povo, que sofre com as políticas de austeridade e ajuste dos Estados e é prejudicado por um modelo neoliberal e extrativista que nos levou à crise de civilização que estamos passando. Por isso, é fundamental investigar e auditar a dívida, ignorar e não pagar a dívida ilegal e punir os responsáveis por contraí-la e aqueles que dela se beneficiaram para que, em qualquer caso, sejam eles quem assumam o seu pagamento.

Além disso, os governos devem gerar políticas em favor da maioria popular para reduzir as desigualdades e melhorar as condições materiais de vida. Para isso, é necessária a participação e a mobilização, bem como a articulação regional e global entre os países devedores para deter a roda da especulação financeira e fazê-la girar na direção oposta. Como diria Fidel Castro: “unidade dentro dos países e entre países” para lidar com o problema da dívida.

Para concluir, ecoamos fragmentos de dois discursos memoráveis do líder da Revolução Cubana:

Como pode um governo e um país que tem que ir todo mês discutir com o Fundo Monetário Internacional o que tem que fazer em casa, ser chamado de independente? É uma ficção de independência, e vemos isso como uma luta pela libertação nacional, que pode realmente reunir, e pela primeira vez na história do nosso hemisfério, todas as classes sociais em uma luta para alcançar sua verdadeira independência. (Discurso de Fidel no encerramento da reunião sobre a Dívida Externa da América Latina e do Caribe, em 3 de agosto de 1985)

Pague a dívida ecológica e não a dívida externa. A fome desaparece e não o homem. Cesse o egoísmo, cesse o hegemonismo, cesse a insensibilidade, a irresponsabilidade e o engano. Amanhã será tarde demais para fazer o que deveríamos ter feito há muito tempo. (Discurso de Fidel Castro na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1992)



 @tricontinental\_br

 thetricontinental

 @tricon\_pt

 otricontinental.org

